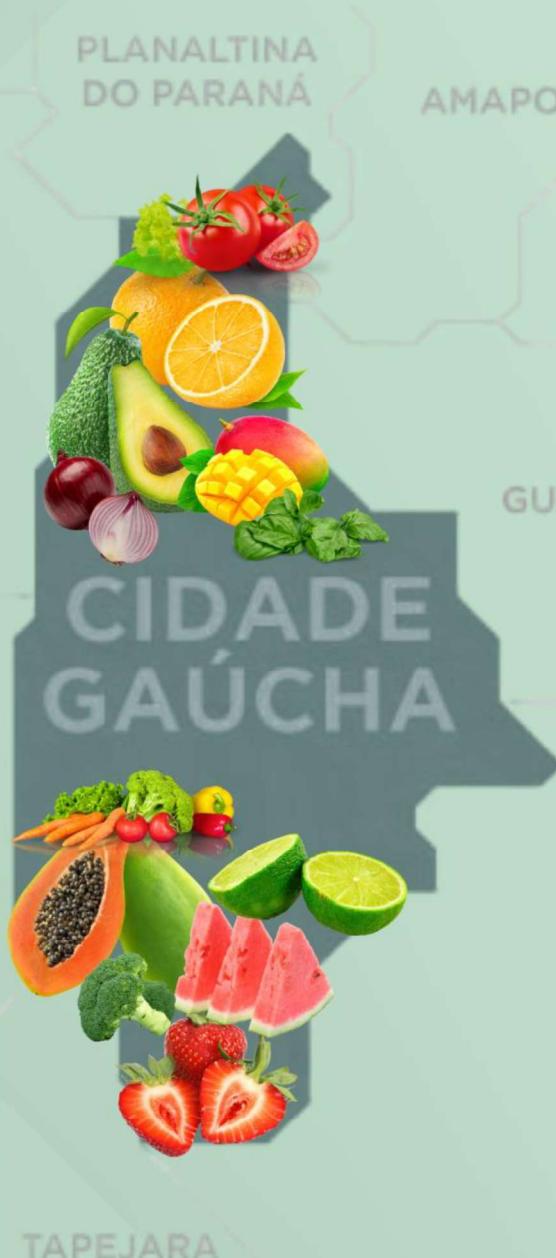


PLANO MUNICIPAL

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL 2026-2029



CidadeGaúcha
De mãos dadas,
transformamos
nossa cidade.

RESOLUÇÃO Nº 01/2025

A Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar aprova o Plano Municipal de Segurança Alimentar para Vigência 2026/2029 e dá outras providências.

A CÂMARA INTERSETORIAL MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - CAISAN do município de Cidade- Gaúcha, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2.190/2015,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Plano Municipal de Segurança Alimentar do município de Cidade Gaúcha para vigência 2026/2029;

Art. 2º - Fica ressalvado de maneira expressa o constante da ata nº 02/2025, a da reunião plenária ordinária de 18/11/2025;

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Cidade Gaúcha – PR, 18 de novembro de 2025.

**Vanda Libera Schwerz
Presidente da CAISAN**

IDENTIFICAÇÃO

Município: Cidade Gaúcha - PARANÁ

Porte Populacional: Pequeno Porte I

População estimada: 11.684 pessoas (IBGE-População Estimada 2024)

Localização: Região Noroeste

Prefeitura Municipal de Cidade Gaúcha - PR

Nome do Prefeito: Alexandre Lucena

Mandato do Prefeito: Início: 01/01/2025 - Término: 31/12/2028

Endereço da Prefeitura: Rua Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº2394

E-mail: gabinete@cidadegaucha.pr.gov.br

Órgão Gestor da Agricultura

Nome do Órgão Gestor: Secretaria Municipal de Agricultura

Responsável: Luís Felipe Jardim

Endereço órgão gestor: Rua J. K. de Oliveira, nº 2873

CEP: 87.820-000 **Telefone:** (44) 3675-4352

E-mail: felipe.jardim@cidadequaucha.pr.gov.br

Órgão Gestor da Educação

Nome do Órgão Gestor: Secretaria Municipal de Educação

Responsável: Nilva Cristina de Camargo Castilhos

Endereço órgão gestor: Rua Mario Ribeiro Borges, nº 1225

CEP: 87 820-000

Telefone: 44-3675-1806

E-mail: educa@cidadegaucha.pr.gov.br

Órgão Gestor da Assistência Social

Nome do Órgão Gestor: Secretaria Municipal de Assistência Social

Responsável: Getúlio Batista Pereira

Endereço órgão gestor: Rua Milton Heinz, nº 1410

CEP: 87.820-000

E-mail: acaosocial@cidadegaucha.pr.gov.br

Órgão Gestor da Saúde

Nome do Órgão Gestor: Secretaria Municipal de Saúde

Responsável: Adriana Jardim

Endereço órgão gestor: Rua Hugo Ribeiro do Carmo, nº 3175

CEP: 87.820-000

Telefone: (44) 3675-2427

E-mail: saúde@cidadegaucha.pr.gov.br

EQUIPE DE TRABALHO

Responsável pela elaboração

Ilvani Ferreira Martins Guimarães – CRESS – 7869
Rafaela Andressa Naressi Tristão – Graduanda Psicologia

Coordenação Geral

Getulio Batista Pereira – Secretario Municipal de Assistência Social
Ilvani Ferreira Martins- Assistente Social – Acessoria e Consultoria
Luís Felipe Jardim – Secretario Municipal de Agricultura
Vanda Libera Schwerz – Presidente CONSEA

Organização de Dados

Ilvani Ferreira Martins Gumarães
Maria Irenice do Prado
Rafaela Naressi
Getulio Batista Pereira
Adriana Jardim
Luís Felipe Jardim
Nilva Castilhos
Edneia Maschio
Filipe Bilk
Tatiane de Paula

Revisão

Ilvani Ferreira Martins Guimarães
Rafaela Andressa Naressi Tristão

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. MARCO LEGAL	15
1.1. A constituição da Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil	15
1.2. O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	16
1.3. A constituição do SISAN e sua consolidação no Estado do Paraná	21
1.4. A constituição da Política SAN na Regional/Cianorte.....	23
1.5. A constituição do SISAN no município de Cidade Gaúcha.....	24
2. MARCO SITUACIONAL	29
2.1. Aspectos Gerais	29
2.2. Aspectos Históricos	30
2.3. Aspectos Populacionais e Socioeconômicos	33
2.4. Produção Econômica	35
2.5. Aspectos Educacionais, Culturais, Esportivos e de Lazer	39
2.6. Aspectos de Saúde	58
2.7. Aspectos Gerais	66
2.8. Aspectos Habitacionais.....	80
2.9. Aspectos Ambientais	81
3.0. Agrícola e Pecuária.....	84
3. PLANO DE AÇÃO DO PLAMsan	90
3.1. DESAFIO 1 – Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional	90
3.2. DESAFIO 2 – Combater a Insegurança Alimentar e Nutricional e promover a inclusão produtiva rural em grupos populacionais específicos, com ênfase em Povos e Comunidades Tradicionais e outros grupos sociais vulneráveis no meio rural.	91
3.3. DESAFIO 3 – Promover a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, a estruturação da agrícola familiar e o fortalecimento de sistemas de produção de bases agroecológica	92
3.4. DESAFIO 4 – Promover o abastecimento e o acesso regular e permanente da população brasileira à alimentação adequada e saudável	94

3.5. DESAFIO 5 – Promover e proteger a Alimentação Adequada e Saudável da População Brasileira, com estratégias de educação alimentar e nutricional e medidas regulatórias	95
3.6. DESAFIO 6 – Controlar e Prevenir os Agravos decorrentes da má alimentação	96
3.7. DESAFIO 7 – Ampliar a disponibilidade hídrica e o acesso à água para a população, em especial a população pobre no meio rural	97
3.8. DESAFIO 8 – Consolidar a implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), aperfeiçoamento a gestão federativa, a intersetorialidade e participação social.....	98
3.9. DESAFIO 9 – Apoio a iniciativas de promoção da soberania, segurança alimentar e nutricional, do direito humano à alimentação adequada e de sistemas alimentares democráticos, saudáveis e sustentáveis em âmbito internacional, por meio do diálogo e da cooperação internacional	100
4. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLAMsan	102
4.1. Cronograma	103
5. FONTE DE PESQUISA	104

LISTA DE SIGLAS – PLAMsan 2026–2029

ABRANDH – Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos
ASSEMUCIG – Associação dos Servidores Municipais de Cidade Gaúcha
CAE – Conselho de Alimentação Escolar
CAISAN – Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional
CASC/FUNDEB – Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB
CENSO – Censo Demográfico
CEEP – Centro Estadual de Educação Profissional
CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil
CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA – Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional
CORESAN – Comissões Regionais de Segurança Alimentar e Nutricional
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DHAA – Direito Humano à Alimentação Adequada
EaD – Educação a Distância
EJA – Educação de Jovens e Adultos
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FPE – Formação pela Escola
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFDM – Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal
INAN – Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
INMET – Instituto Nacional de Meteorologia
IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPDM – Índice IPARDES de Desempenho Municipal
LOSAN – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PAR – Plano de Ações Articuladas
PBF – Programa Bolsa Família
PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação
PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola
PIB – Produto Interno Bruto
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNSAN – Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PRONAN – Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
SAN – Segurança Alimentar e Nutricional
SEAB – Secretaria de Agricultura e Abastecimento
SETS/SETP – Secretaria do Trabalho, Emprego e Promoção Social
SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
UAB – Universidade Aberta do Brasil
UEM – Universidade Estadual de Maringá

APRESENTAÇÃO

A segurança alimentar e nutricional como política pública e de direito humano à alimentação adequada para todos, alcançou um ponto importante no processo de construção de garantia da soberania alimentar.

O objetivo da segurança alimentar e nutricional é o estabelecimento de políticas públicas de alimentação e nutrição de interesse público, tendo como fundamento o Direito Humano à Alimentação Adequada e a soberania alimentar.

As políticas públicas podem ser compensatórias e ou estruturantes, conforme direcionadas respectivamente para o enfrentamento de situações emergenciais como as caracterizadas pela fome e ou por problemas de base como as relacionadas com a educação, trabalho e renda, tecnologia, terra, moradia, saneamento e outras.

Portanto, o Município de Cidade Gaúcha, propõe a reelaborar o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - PLAMsan 2026/2029 que definirá suas próprias alternativas, propostas e estratégias de políticas públicas, no âmbito sustentável de produção, distribuição, consumo de alimentos que garantam o Direito à Alimentação Adequada para toda população com base nas pequenas propriedades rurais, respeitando suas próprias culturas e diversidade, ou seja, do modo da agricultura familiar de produção, comercialização e gestão de espaços rurais, de forma sustentável, conservado e respeitando a soberania alimentar do seu território de abrangência da comunidade local.

Diante dessa visão comum do significado da Política de Segurança Alimentar e Nutricional e o compromisso de implementar o SISAN no município, o III Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - PLAMsan do Município de Cidade Gaúcha, apresenta a materialização da realidade de consolidar e efetivas políticas públicas que garantirá o DHAA e a transformação da sociedade para uma vida mais saudável e também superar as condições de vulnerabilidade social e de insegurança alimentar, que ainda não entraves e obstáculos para o enfrentamento de desafios e de superação no município.

A garantia da Segurança Alimentar e Nutricional consiste em um dos principais desafios a serem vencidos por uma sociedade que busca colocar a manutenção da vida humana com uma questão suprema, quando comparado aos interesses do mercado. Nas sociedades em que o modelo de desenvolvimento se

restringe a um processo que promove o acúmulo do capital e a obtenção de lucro por uma minoria, as políticas públicas assumem um papel essencial em garantir aos cidadãos a efetivação de seus direitos sociais, econômicos, ambientais e culturais.

São essas as conquistas que o III Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional 2026-2029 buscará consolidar e expandir. E a consequência será aperfeiçoar e tornar mais eficiente as estratégias públicas, para respeitar, promover e proteger o direito humano à alimentação adequada.

**Prefeito Municipal
Alexandre Lucena**

Presidente da CAISAN

INTRODUÇÃO

O III Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMsan) de Cidade Gaúcha foi reformulado e avaliado pela Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) para o quadriênio 2026–2029, com a participação do poder público, por meio das secretarias de Agricultura, Assistência Social, Saúde e Educação, do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e da sociedade civil organizada.

O processo contou com apoio técnico, assessoria e oficinas participativas, com o objetivo de definir diretrizes, metas, ações e orçamento que assegurem o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), considerando as dimensões ambientais, culturais, econômicas e sociais.

O PLAMsan reafirma a responsabilidade do poder público em respeitar, proteger, promover e garantir o DHAA, fortalecendo a agricultura familiar, o abastecimento e o atendimento às populações em situação de vulnerabilidade e insegurança alimentar. Também enfrenta desafios como o uso excessivo de agrotóxicos, o aumento da obesidade e doenças crônicas decorrentes da má alimentação, além da necessidade de fortalecer a intersetorialidade e o monitoramento das políticas públicas.

A elaboração do plano baseou-se em dados e indicadores locais, bem como em informações oficiais das políticas públicas e diagnósticos socioeconômicos, educacionais, de saúde e agricultura do município.

O documento está estruturado em quatro etapas:

1. **Marco legal**, apresentando a Política e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN e SISAN);
2. **Marco situacional**, com análise dos contextos e dados locais;
3. **Plano de ação**, com desafios, metas, ações e indicadores;
4. **Acompanhamento e avaliação**, com responsabilidades compartilhadas entre governo e sociedade civil.

Assim, a CAISAN de Cidade Gaúcha reafirma seu compromisso com a efetivação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional e com a garantia do direito à alimentação adequada para toda a população do município.



PARTE I



1. MARCO LEGAL

A fome e a insegurança alimentar são desafios históricos no Brasil, associados à pobreza, à desigualdade social e à ausência de políticas públicas efetivas. O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) foi sendo consolidado ao longo do tempo por meio de debates, estudos e ações que buscaram garantir o acesso universal à alimentação adequada.

Entre os pioneiros nesse tema destaca-se Josué de Castro, médico e geógrafo que, em 1946, publicou *Geografia da Fome*, evidenciando que a fome no país é resultado de fatores sociais e econômicos, e não naturais. Suas contribuições influenciaram políticas como o salário mínimo e o fortalecimento da nutrição como campo de estudo no Brasil.

Nas últimas décadas, o país avançou em políticas de combate à fome e à pobreza, por meio de ações como o aumento do salário mínimo, a expansão do Programa Bolsa Família, o fortalecimento da alimentação escolar e o apoio à agricultura familiar, iniciativas que consolidam a SAN como política pública essencial.

1.1. A constituição da Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil

A garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) está prevista em acordos internacionais e foi incorporada à legislação nacional por meio da Lei nº 11.346/2006, conhecida como Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN). Essa lei institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), com o objetivo de promover, em todo o território nacional, o acesso regular e permanente a alimentos adequados e saudáveis.

A LOSAN estabelece princípios e diretrizes para a SAN, afirmando o DHAA e a soberania alimentar como fundamentos das políticas públicas, e determina que o Estado deve garantir as condições para que todas as pessoas tenham acesso aos meios necessários para a alimentação digna.

A consolidação dessa política foi fortalecida por importantes marcos legais:

- **Decretos nº 6.272/2007 e nº 6.273/2007**, que regulamentaram o CONSEA e a CAISAN, instâncias essenciais de articulação entre governo e sociedade civil;
- **Emenda Constitucional nº 64/2010**, que incluiu o direito à alimentação no artigo 6º da Constituição Federal, reforçando o dever do Estado em assegurar esse direito;
- **Decreto nº 7.272/2010**, que instituiu oficialmente a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e estabeleceu parâmetros para elaboração dos planos nacional, estaduais e municipais de SAN.

Esses instrumentos legais consolidam a estrutura da SAN como política pública intersetorial, garantindo a participação social e a corresponsabilidade dos entes federados.

1.2 O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

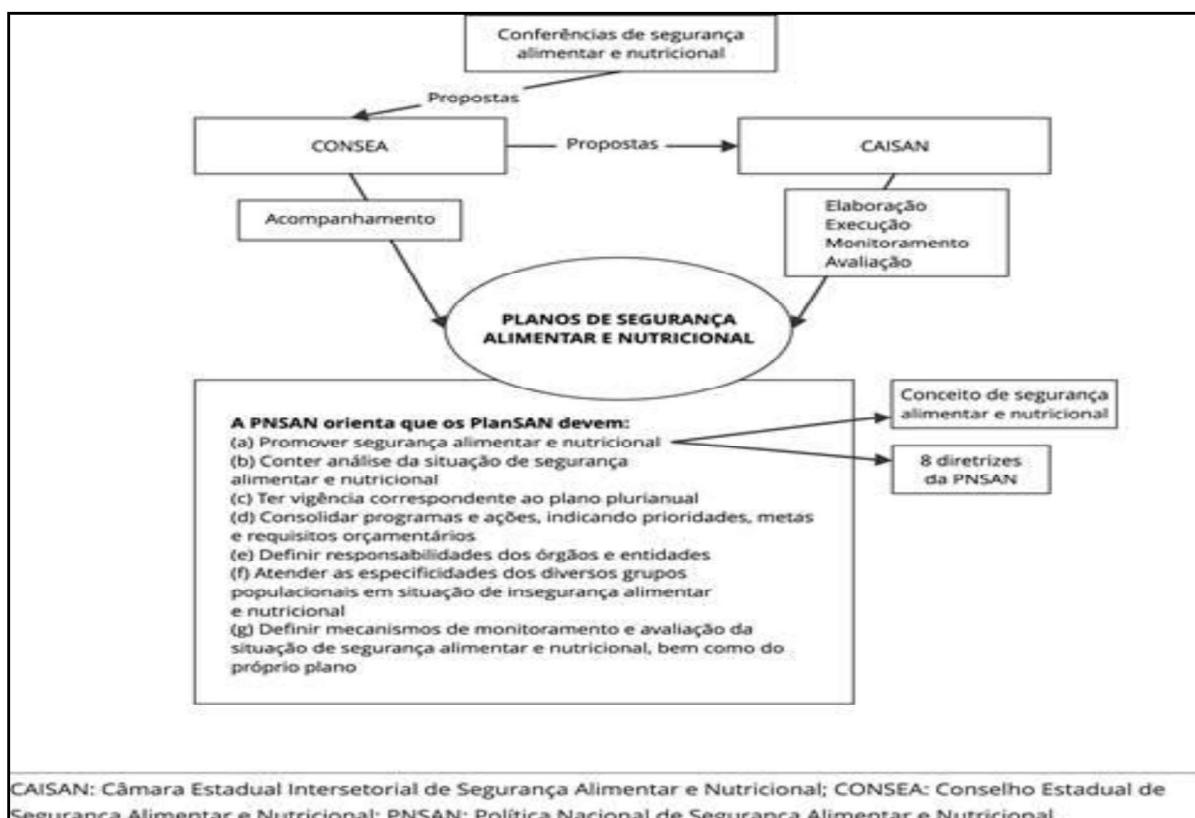
O SISAN, instituído pela LOSAN, tem como objetivo principal promover o Direito Humano à Alimentação Adequada por meio da integração entre governo e sociedade civil. Envolve um conjunto de ações intersetoriais voltadas à garantia de acesso a alimentos, à geração de renda e à promoção da saúde e da educação alimentar.

A estrutura do SISAN é composta por:

1. **Conferências de Segurança Alimentar e Nutricional**, que definem diretrizes e prioridades das políticas públicas;
2. **Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)**, órgão de articulação e assessoramento ao governo federal;
3. **Câmara Intermínisterial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN)**, responsável pela integração das políticas e programas governamentais;
4. **Órgãos e entidades de SAN das esferas federal, estadual e municipal**;
5. **Instituições privadas** que aderem aos princípios e diretrizes do sistema.

Essa estrutura deve ser replicada em todos os níveis de governo para assegurar a articulação das políticas de SAN e a implementação de planos municipais integrados. No âmbito local, a CAISAN Municipal e o CONSEA são fundamentais para a gestão, o monitoramento e a avaliação das ações, garantindo o controle social e a efetividade do direito à alimentação adequada.

Figura 1 – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN



Como mencionado anteriormente, o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) foi instituído pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN (Lei nº 11.346/2006), que definiu dois conceitos fundamentais: o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e a Soberania Alimentar. Entretanto, o processo de estruturação desse sistema teve início em 1993, com a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), órgão de assessoramento da Presidência da República, caracterizado pela ampla participação da sociedade civil, que possui o dobro de representantes em relação ao poder público. A seguir, apresenta-se um breve resgate histórico

dos principais marcos na construção da Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil:

Quadro 1 – Histórico da construção do CONSEA.

ANOS	PARADIGMAS	PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS
1935-1950	Visão de Josué de Castro: fome como questão social é resultado da política que exclui a maioria da população, convivendo com o governo populista de Getúlio Vargas.	- Instituição do salário mínimo, baseado no poder de compra de uma "ração mínima" para o trabalhador; - Criando os SAPS (serviços de Alimentação da Previdência Social) e introduzida a alimentação nas escolas
1950-1970	Estado Assistencialista e Desenvolvimentista, sem redistribuição da riqueza nacional.	- Política social compensatória, destinada a alguns poucos segmentos da população.
1970-1980	Estado Autoritário (Ditadura Militar) e visão biologista do problema da fome (entendia) como distúrbio da saúde humana.	- A política econômica esperava o "bolo crescer para, depois, reparti-lo"; - Criação do Instituto Nacional de Alimentação (INAN), vinculado ao Ministério da Saúde; - Primeiros desenhos de políticas públicas mais abrangentes quando se tentam unir o social e a política agrícola de abastecimento (PRONAN I, II e III).
1985	Estado Assistencialista com ampliação de programas de distribuição de alimentos aos "pobres".	- Início da redemocratização do país, depois de 20 anos de governo militar; - Programa do Leite (governo Sarney).
1986	A reconquista do Estado de Direito e a reconstrução da Democracia passa a ser o objetivo da sociedade brasileira; intensifica-se a mobilização nacional para a elaboração da nova constituinte Federal.	- 8º Conferência Nacional da Saúde: luta pelo direito à saúde e reconhecimento da alimentação como direito intrinsecamente ligado à vida e à saúde; - I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição como desdobramento da 8º conferência Nacional de saúde, que reconhece o direito à alimentação e a necessidade de se criar um Conselho Nacional.

1988	Aprovação da nova Constituição Federal do Brasil com direitos sociais reconhecidos (chamada de Constituição Cidadã).	- Início da construção do SUAS e redesenho de alguns programas de alimentação e nutrição.
1993	Segurança Alimentar como mecanismo para o enfrentamento da fome e da miséria e com eixo do desenvolvimento econômico e social.	- Movimento Nacional pela Ética na política que resultou no impeachment do Collor; - Início da Ação da cidadania contra a fome, a Miséria e pela Vida, liderada por Betinho; - Criação do primeiro CONSEA no Governo Itamar Franco.
1994-2002	Visão do Estado neoliberal prevendo-se que a estabilização da moeda, o mercado e as regulações públicas seriam suficientes para a redução da fome, da pobreza e da desigualdade social.	- Extinção do CONSEA e criação do Conselho Comunidade Solidária, que previa a construção de redes de parcerias entre governo e sociedade civil; - Criação (1998) do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN); - Criação (2002) da Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos (ABRANDH), com a missão de contribuir com a internalização do DHAA no Brasil.
2003	Combate à fome como ação prioritária do Governo Lula (Fome Zero).	- Recriação do CONSEA Nacional; - Formulação de um conjunto de políticas públicas articuladas para promover o acesso à alimentação; - Acesso à água: adoção pelo Governo Lula do “programa um milhão de cisternas”, criado por organizações sociais que compõem a articulação do semiárido (ASA).
2004	Reconhecimento do Direito Humano à Alimentação Adequada como paradigma para o enfrentamento da fome e da pobreza.	- Realização da II conferência Nacional de SAN em Olinda (RE); - Inicia-se o processo do redesenho das políticas públicas voltadas ao combate à fome; - É lançado o programa Bolsa Família;

2005	Reforça-se o debate interligando os conceitos do DHAA, SAN e Soberania Alimentar.	- Criação do Programa de Aquisição de Alimentos com compra direta da Agricultura Familiar.
2006	Direito Humano à Alimentação Adequada como objetivo primeiro da LOSAN.	- Aprovação da LOSAN: Lei Orgânica de SAN nº 11346 aprovada em setembro de 2006, instituindo o Sistema e Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.
2007	A realização do DHAA deve ser alcançada por meio de uma Política e um Plano Nacional de SAN.	- Realização da III Conferência Nacional de SAN em Fortaleza (CE); - Criada a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional.
2008	Intensifica-se a discussão sobre a importância da intersetorialidade nas diferentes dimensões da SAN. Alcançou novo patamar de criação de competências em DHAA e ampliou-se a discussão sobre a exigibilidade do DHAA.	- O Brasil cumpre antecipadamente a 1ª Meta do milênio, que prevê para 2015 reduzir à fome, à fome e à pobreza.
2009	A realização do DHAA requer novos arranjos e a gestão intersetorial das políticas do SAN.	- Aprovação de lei sobre o PNAE (Alimentação Escolar), destinando 30% dos recursos federais do programa para aquisições locais da Agricultura Familiar.
2010	Reforços dos instrumentos legais que promovem, protegem, respeitam e fornecem o DHAA.	- Aprovação da emenda constitucional que inclui a “alimentação” entre os direitos fundamentais (art.6º); - Aprovação do Decreto Presidencial que institui a Política Nacional de SAN e determina a elaboração do Plano Nacional do SAN.
2011-2016	Progredir na realização do DHAA por meio de políticas Públicas adequadas e disponibilizar instrumentos de exigibilidade.	- Realização da IV conferência Nacional de SAN em Salvador (BA); - V Conferência Nacional de SAN em Brasília (DF); - Elaboração da Carta Política; - Adesão dos municípios aos SISAN; - Municípios iniciam processo de

Fonte: CONSEA - 2017

1.3 A constituição do SISAN e sua consolidação no Estado do Paraná

Em 2003, foi criado o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA/PR, vinculado à Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social (SETP). De caráter consultivo, o Conselho tem a função de assessorar o Governo do Estado na formulação da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, composto por 2/3 de representantes da sociedade civil e 1/3 do governo.

Nesse mesmo ano, foi instituída a Coordenadoria de Enfrentamento à Pobreza e Combate à Fome, responsável pela gestão dos programas de SAN, como o Programa Leite das Crianças, e organizadas as Conferências Regionais e a I Conferência Estadual de SAN (I CESAN), em 2004.

A II CESAN, em 2006, definiu diretrizes para a política estadual e ampliou a representatividade dos conselheiros. Em 2007, foi criada a Frente Parlamentar de SAN, que, junto ao CONSEA/PR, propôs a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (Lei nº 15.791/2008).

Em 2010, instituiu-se o Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN (Lei nº 16.565/2010) e a Câmara Intersetorial de SAN – CAISAN/PR (Decreto nº 8.745/2010). No ano seguinte, antes da III CESAN/PR, foram criadas as Comissões Regionais de SAN, visando descentralizar as ações e consolidar a política.

Consolidação da Política

Com a adesão ao SISAN, o Estado comprometeu-se a elaborar o 1º Plano Estadual de SAN, com base nas diretrizes do CONSEA/PR e da III CESAN/PR. Em 2012, o Decreto nº 4.459 transferiu a coordenação da CAISAN/PR para a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia

Solidária (SETS), que firmou convênio com o MDS para implantar o sistema nos municípios.

A SETS capacitou técnicos das 18 regionais, promovendo a articulação entre governo e sociedade civil e fortalecendo a intersetorialidade da política. A elaboração do Plano Estadual marcou a conclusão da implantação do SISAN, que passou a contar com todos os seus componentes legais.

O processo foi desenvolvido em parceria entre o Departamento de SAN, o CONSEA/PR e o MDS, resultando em metodologia de capacitação e apoio técnico aos municípios. As oficinas regionais permitiram maior mobilização e integração das ações locais, ampliando a adesão ao SISAN e à Política de SAN.

Oficina Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional

A primeira etapa para implantação descentralizada da Política de SAN foi a Oficina Estadual de SAN, realizada em outubro de 2012, com o objetivo de formar agentes multiplicadores nos 399 municípios do Paraná.

A oficina contou com 137 participantes, entre representantes de instituições de ensino, gestores municipais, organizações da sociedade civil, membros do CONSEA/PR e técnicos da SETS. O evento marcou um importante passo para pactuar a metodologia de trabalho entre governo e sociedade civil e fortalecer a implantação da Política de SAN em todo o Estado.

Quadro 2 – Síntese da Oficina Estadual de SAN.

	OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS
1	Capacitar os agentes mobilizadores/formadores para a criação e implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional — SISAN no âmbito municipal.	Para alcançar este objetivo teremos, No primeiro dia de Oficina, momentos de formação conceitual, no qual, Serão apresentadas as dinâmicas do funcionamento do CONSEA e CAISAN Nacionais, CONSEA/PR e, além disso, a apresentação sobre orçamento público.

2	Definir a estratégia de mobilização e de aplicação e adequação de metodologia para a realização das 18 oficinas regionais.	Através de trabalho em grupo, elaborar e definir as prioridades de ação para a implantação do SISAN na esfera municipal. Sugerir que os participantes reproduzam as discussões, fomentando ações que possam auxiliar na construção do SISAN, contando para isso, no seu município e região, com apoio de espaços como associações de municípios, câmaras de vereadores, outros conselhos de políticas públicas.
3	Pactuar as atribuições dos agentes mobilizadores/ formadores das regiões.	Fomentar a busca na sua região e município de organizações que possam auxiliar neste processo de modo a fortalecer as Comissões Regionais de SAN (CORESAN s), considerando, sobretudo as realidades nas quais estão inseridas.

1.4 A constituição da Política SAN na Regional/Cianorte

Nos municípios, os estados participam do processo de adesão ao SISAN, orientando e formalizando a participação dos municípios, enquanto a CAISAN Nacional apenas referenda a adesão.

A região de Cianorte iniciou suas ações de Segurança Alimentar e Nutricional entre 2003/2004, com o Programa Fome Zero e o Programa Leite das Crianças. Nessa fase, foram formados os primeiros conselhos municipais de SAN e os comitês gestores do Programa Leite das Crianças, além da implementação do Bolsa Família, Programa de Aquisição Alimentar e hortas e cozinhas comunitárias.

As primeiras Conferências Regionais e Estaduais de SAN ocorreram em 2006, dando início ao monitoramento e avaliação dos programas. Em 2011, com a III Conferência Regional SAN, foram eleitos novos membros da CORESAN, e iniciaram-se oficinas para capacitação dos agentes municipais para implementação do SISAN (2012–2013).

Entre 2014 e 2015, a política passou para a SEAB, mantendo conferências e capacitação, com 100% de adesão municipal. Em 2017, uma

agenda entre Ministério Público, SEAB e municípios orientou o processo de adesão ao SISAN, garantindo a implantação completa na região de Cianorte.

1.5 A constituição do SISAN no Município de Cidade Gaúcha

O município iniciou a SAN com a criação do Conselho Municipal de SAN em 2003, paralelo ao projeto Rede de Proteção Social e ao Programa Fome Zero. Entre 2003 e 2004, foram implantados programas como Bolsa Família, Leite das Crianças e o comitê gestor municipal para monitoramento e avaliação do programa.

Em 2007, foi implantado o Programa Aquisição Alimentar, beneficiando agricultores familiares e entidades sociais. Em 2009, o município aderiu ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), comprando produtos da agricultura familiar.

Em 2011, ocorreu a I Conferência Municipal de SAN, com eleição do CONSEA municipal e definição das prioridades para estratégias, metas e diretrizes.

Em 2017, o município solicitou a adesão ao SISAN, sendo certificado em 5 de dezembro de 2017 (Adesão nº 024, Processo nº 14.558.824-3). Criou-se o Comitê Técnico Intersetorial para elaborar o Plano Municipal de SAN (PLAMsan), de forma participativa e intersetorial, promovendo monitoramento, avaliação e proposição de políticas públicas voltadas à garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional

A III Conferência Municipal de Segurança Alimentar de Cidade Gaúcha, foi realizada em 18 de julho de 2025, teve como metodologia de discussão 3 eixos temáticos, podemos elencar algumas prioridades resultado da discussão da III Conferência:

Eixo 1: Alimentação como princípio de existir.

PROPOSTAS
Campanhas visando o incentivo ao aleitamento materno, com a finalidade de garantir saúde para as crianças e reduzir custos com a compra de leite industrializado.
Instituir Lei Municipal para implantação de programa Horta Comunitária às famílias de baixa renda.
Prever revisão e reajuste a tabela CONAB, com base na produção local.
Garantir incentivos financeiros para a agricultura garantindo que a população tenha acesso a alimentos saudáveis.
Instituir programa de Educação Alimentar, para a população garantir o cumprimento da Lei que regulamenta a venda de alimentos industrializados em escolas.

Eixo 2: Desafios e possibilidades na construção da política pública.

PROPOSTAS
Promover capacitações de formação continuada qualificada para os conselheiros que compõe o CONSEA e CAISAN.
Destinar incentivos financeiros e oferecer assistência técnica qualificada e especializada no cultivo de alimentos orgânicos.
Implementar a fiscalização e análise da composição de produtos in natura, verificando se há contaminantes tóxicos e maléficos à saúde.
Garantir incentivos financeiro municipal e estadual na complementação do Programa Compra Direta, com previsão no orçamento anual P.P.A.
Promover projeto de cozinha comunitária para produção de alimentos por produtores aderidos ao PPA (programa de Alimentos), visando incentivo financeiro para construir e equipar a cozinha.

Eixo 3: A geografia da fome e o desperdício de alimentos

PROPOSTAS
Criar projetos de compostagem de lixo orgânico com a finalidade do reaproveitamento de lixo, transformando-o em adubo de alta qualidade.
Garantir que o projeto de aquisição de alimentos, não seja interrompido em transições governamentais e/ ou por falta de recursos financeiros.
Campanhas de conscientização, visando uma redução no desperdício de alimentos.
Proporcionar espaços de terrenos, onde os alunos desenvolvem plantios de hortaliças, visando conhecer como acontece o processo dos produtos agrícolas.
Criar um grupo para conscientizar as pessoas quanto ao reaproveitamento de alimentos.

O município em 2021 avalia e reelabora o II Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional — PLAMsan 2022/2025, aprovado pelas secretarias que compõem a CAISAN, bem como o Conselho Municipal de Segurança Alimentar.

Figura 2 – Encontro para a avaliação e levantamento de indicadores da Política SAN para elaboração do II PLAMsan.



Em 2025, o município realizou a avaliação e a reelaboração do III Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional — PLAMsan 2026/2029, com a participação das secretarias que integram a CAISAN e do Conselho Municipal de Segurança Alimentar.

Figura 3 – Encontro para a avaliação e levantamento de indicadores da Política SAN para elaboração do III PLAMsan.





PARTE II



2. MARCO SITUACIONAL

2.1. Aspectos Gerais

O município de Cidade Gaúcha situa-se na região noroeste do Estado do Paraná — também conhecido como norte novíssimo. Faz parte da região administrativa de Cianorte, estando cerca de 60 km de distância da mesma.

Em relação a outras cidades importantes da região, localiza-se há cerca de 70 km de Umuarama que também é sede administrativa e, 130 km de Maringá que é referência regional. Em relação à capital Curitiba está há cerca de 580 km e, 670 km do Porto de Paranaguá.

Figura 4 – Mapa da localização do Município no Paraná.



O município se estende por área de 403,045 km², limitando-se ao norte com Planaltina do Paraná e Amaporã, a oeste com Tapira e Nova Olímpia, ao sul com Rondon e Tapejara e, ao leste, com Rondon e Guaporema.

A sua altitude média em relação ao nível do mar é de cerca de 400 metros, estando nas seguintes coordenadas geográficas: Latitude: 23° 21' 45" Sul e Longitude: 52° 55' 33" Oeste.

O clima da região em que está situado é classificado como Subtropical Úmido Mesotérmico. Vislumbra-se verões quentes, geadas frequentes, sem estação seca e chuvas com tendência de concentração nos meses de verão.

As temperaturas médias registradas nos meses mais quentes do ano são entre 30°C e 32°C e, as dos meses mais frios entre 14°C e 16°C. Os extremos de temperaturas registradas são: Mínima -4°C e Máxima de 42°C.

A bacia hidrográfica é a do Rio Ivaí, com sub-bacias dos Rios Itaóca e Tapiracui. Destacam-se também os córregos Palmital, Travessa Grande, Ipiranga, do Congo, Três Figueiras, São Bento, União, Minuano, Água Nova União e Talagoan.

Figura 5 – Mapa dos Municípios Limítrofes de Cidade Gaúcha/PR.



Fonte: IPARDES - 2020

2.2 Aspectos Históricos

Fundação

A ocupação iniciou-se em 1952, quando a Imobiliária Ypiranga de Boralli & Held planejou e executou a colonização do lugar. A empresa escolheu estrategicamente a denominação Cidade Gaúcha. Objetivava na época, atrair famílias vindas de Santa Catarina e, especialmente do Estado do Rio Grande do Sul para o local da colonização.

A estratégia funcionou e em pouco tempo perdiam-se nos horizontes as copas dos cafezais intermináveis que dividiam espaços com o feijão, milho, arroz e outras culturas - as lavouras de subsistência dos pioneiros.

A história registra os nomes de Arthur Schwarz, Roberto Passamani, Luiz Ebling, José Tormena, Galileo Malezan, a família Dallazoana e Valda Gressler, dentre outros, todos como pioneiros de Cidade Gaúcha.

Com a implantação de agroindústrias no Município, nas últimas décadas, ocorreu o fenômeno da migração. Centenas de pessoas de outros estados brasileiros — especialmente do Nordeste -- se deslocaram, atraídos pelo emprego especialmente no corte da cana-de-açúcar.

Formação Administrativa

Inicialmente distrito, criado com denominação de Cidade Gaúcha, em 18 de outubro de 1955, com terras desmembradas originariamente do distrito de Araruna, subordinado ao município de Rondon.

Em divisão territorial datada de 1 de julho de 1955, o distrito de Cidade Gaúcha, figura no município de Rondon, assim permanecendo em divisão territorial datada de 1 de julho de 1960.

Elevado à categoria de município com a denominação de Cidade Gaúcha, pela Lei Estadual nº 4.245, de 25 de julho de 1960, desmembrado de Rondon e Cruzeiro do Oeste. Constituída do distrito sede e instalada em 15 de novembro de 1961.

Pela Lei Estadual nº 49, de 21 de novembro de 1962, é criado o distrito de Tapira e anexado ao município de Cidade Gaúcha.

Em divisão territorial datada de 31 de dezembro de 1963, o município é constituído de dois distritos: Cidade Gaúcha e Tapira.

Pela Lei Estadual nº 4.930, de 23 de setembro de 1964, é criado o distrito de Nova Olímpia e anexado ao município de Cidade Gaúcha. Pela Lei Estadual nº 5.4951 de 02 de fevereiro de 1967, é desmembrado do município de Cidade Gaúcha o distrito de Tapira e elevado à categoria de município.

Pela Lei Estadual nº 5.704, de 13 de novembro de 1967, é desmembrado do município de Cidade Gaúcha o distrito de Nova Olímpia e elevado à categoria

de município. Em divisão territorial datada de 31 de dezembro de 1968, o município é constituído do distrito sede, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2014.

Significado do Nome

Etimologicamente o termo cidade origina-se do latim "civitas—atis." Serve para designar complexo demográfico - formado social e economicamente, por uma concentração populacional não agrícola. A palavra gaúcha é o feminino de "gaúcho". O termo "gaúcho" vem do quíchua "waychu", adaptado ao espanhol platino "gaucho". Designa o habitante do campo, oriundo de indígenas, portugueses e espanhóis - o natural do Estado do Rio Grande do Sul, dos pampas.

Aspectos Políticos

A primeira eleição municipal realizou-se em outubro de 1961. Foi eleito para o cargo de prefeito, Lauro Ranulfo Müller - 1961/1965. A ele sucederam e assumiram o referido cargo no executivo municipal: Mário Ribeiro Borges - 1966/1968. Falecido em acidente, assumiu seu vice Gentil Geraldi - 1968/1969; Moacir Motta - 1970/1972; Gentil Geraldi - 1973/1976; Nelson Enumo - 1977/1982; Gilberto Pedro Aita - 1983/1988; Antonio Milton de Oliveira Lucena - 1989/1992; Ideval Santos Ferrarini - 1993/1996; Gilberto Pedro Aita -1997/2000; Antonio Milton de Oliveira Lucena - 2001/2003. Com seu falecimento assumiu o seu vice, Ideval Santos Ferrarini - 2003/2004. Para a gestão de 2005/2008 foi eleito Vítor Leitão e, reeleito para o mandato de 2009/2012. Com a sua renúncia, em abril de 2012, assumiu o cargo o vice Jeovani Bonadiman Blanco. Na gestão 2013/2016, o município foi administrado por Alexandre Lucena, que foi reeleito para o mandato de 2018/2020. Posteriormente, o município esteve sob a administração de Henrique Domingues, eleito para o período de 2022/2025, tendo como vice-prefeita Silvana Maria Pereira Pauleski. Atualmente, o município é administrado por Alexandre Lucena, eleito para o mandato de 2025/2028, tendo como vice-prefeito Ademir Paulino Ferrarini.

2.3 - Aspectos Populacionais e Socioeconômicos

A população total de Cidade Gaúcha, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2000, era de 9.531 habitantes, dos quais 7.681 concentravam-se na área urbana e 1.850 na área rural. No censo de 2010 foi apurada uma população total de 11.062 habitantes, 9.176 com concentração na área urbana e 1.886, na área rural. De acordo com o Censo Demográfico de 2022, a população total do município é de 11.467 habitantes, com estimativa de 11.705 habitantes para o ano de 2025, conforme dados do IBGE.

Histórico Demográfico

Apresenta a evolução do número de habitantes, considerando os dados do último Censo e estimativas realizadas para os demais anos.

Densidade Demográfica

Mostra como a população se distribui pelo território, sendo determinada pela razão entre a população e a área de uma determinada região. É um índice utilizado para verificar a intensidade de ocupação de um território.

Indica a proporção da população total que reside em áreas urbanas, segundo a divisão político-administrativa estabelecida pelas administrações municipais.

Figura 6 – Mapa e informações gerais. Informações Municipais para planejamento institucional.



Fonte: IBGE

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município contabilizava 11.467 habitantes no Censo de 2022. A estimativa populacional para 2025 é de 11.705 pessoas. Em termos de densidade demográfica, registrava cerca de 28,45 hab/km² em 2022. No que se refere à expectativa de vida ao nascer para o estado do Paraná, da qual se pode inferir tendência para o município, o panorama estadual aponta para cerca de 78,5 anos em 2021.

Quadro 3 – População censitária segundo tipo de domicílio e sexo, 2022.

Tipo de Domicílio	Total
Urbano	10.901
Rural	566

Fonte: IBGE/IPARDES - 2022

Análise: De acordo com o quadro, o número de famílias na área rural era menor do que na área urbana. Em 2022, observou-se a efetiva migração de famílias da zona rural para a urbana, resultando em um aumento significativo do número de famílias na área urbana.

Perfil da População / Nível de Instrução

Gráfico 1 – Taxa de alfabetização educação básica (%) – IBGE-2022

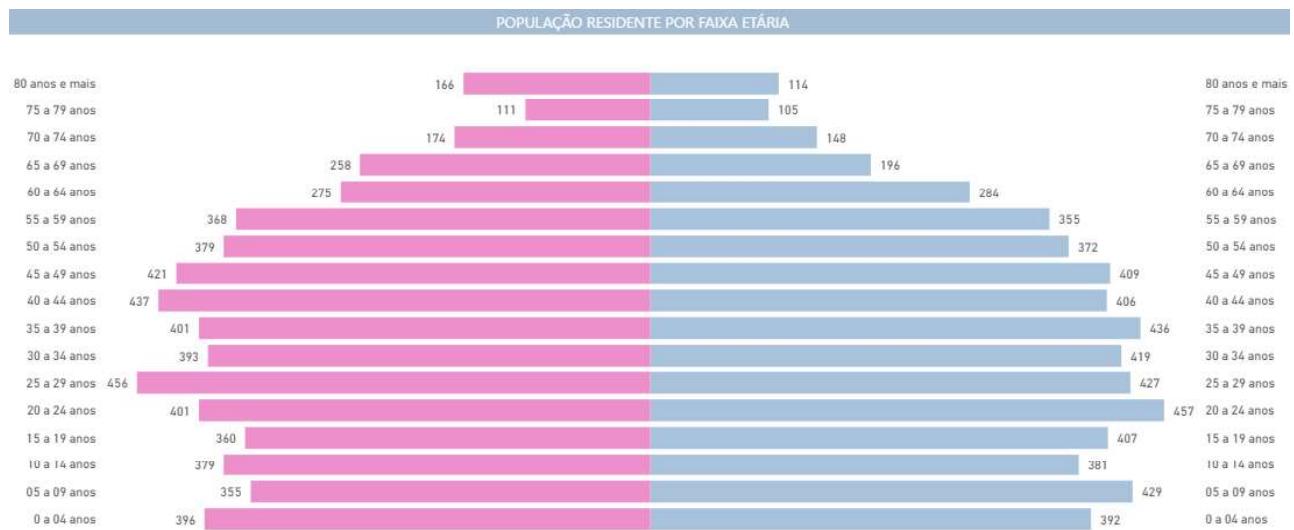
FAIXAS ETÁRIAS	2022

De 15 anos ou mais	95,69
De 15 a 19 anos	99,17
De 20 a 24 anos	99,18
De 25 a 34 anos	99,10
De 35 a 44 anos	98,42
De 45 a 54 anos	96,53
De 55 a 64 anos	93,26
De 65 anos e mais	84,52

Fonte: IPARDES

Pirâmide Etária

Gráfico 2 – A Pirâmide Etária abaixo está organizada para classificar a população censitária do município conforme as faixas de idade, dividindo-as por sexo.



Fonte: IBGE / IPARDES 2022

Segundo dados do IBGE de 2022, a população apresenta equilíbrio entre os gêneros, com 5.737 pessoas do sexo masculino e 5.730 pessoas do sexo feminino. Essa paridade se reflete na tabela etária, evidenciando uma composição populacional homogênea em termos de gênero.

2.4 Produção Econômica

Cidade Gaúcha surgiu do movimento colonizador em busca de terras para o plantio do café, que foi o primeiro grande ciclo econômico. Com o declínio desta cultura, houve o incremento das pastagens e da cana-de-açúcar. Ainda, na

recuperação das pastagens, inicialmente se utilizava o plantio da mamona e do algodão. Atualmente utiliza-se a mandioca.

Não se tem dúvidas de que a principal atividade econômica que movimenta o PIB (Produto Interno Bruto) do Município está vinculada ao setor agropecuário, sendo o sucroalcooleiro o mais dinâmico e importante.

O setor está representado no município por uma das unidades do Grupo Santa Terezinha, com a produção de açúcar, etanol e geração de energia elétrica. É visível a relação e a importância da referida empresa com outras atividades econômicas do município e região.

Também o seu impacto sobre a dinâmica de crescimento populacional e, sobre as receitas correntes - em especial sobre as receitas de transferências correntes do Estado ao município e, sobre as receitas tributárias próprias do município.

Como resultado, observa-se que a unidade da Usina Santa Terezinha gera mais de 2.000 empregos diretos no período de safra (2.058 no ano de 2015), principalmente nos setores agrícola e rural, que responderam, respectivamente, por 60% e 22% do total dos empregos.

Existem também outras agroindústrias importantes. No beneficiamento da mandioca, a Amifec Alimentos, produzindo polvilho. No que se refere à avicultura, a Somava, com abate diário de mais de 20.000 aves e, como agregada, a fábrica de ração para aves. Ainda, há fábrica de alimentos para cães — Artefatos de Couro São Francisco, dentre outros.

População Economicamente Ativa

Subgrupo da população em idade ativa integrado pelas pessoas que estavam desenvolvendo alguma atividade de forma contínua e regular ou, por não estarem ocupadas, se encontravam procurando trabalho no período de referência, tendo, para isto, tomado medidas concretas de procura. Inclui-se ainda o exercício do trabalho precário. Em resumo, é a conjunção de ocupados e desempregados.

Renda Média Domiciliar per capita

Média das rendas domiciliares per capita das pessoas residentes em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Considerou-se como renda domiciliar per capita a soma dos rendimentos mensais dos moradores do domicílio, em reais, dividida pelo número de seus moradores.

O salário mínimo do último ano para o qual a série está sendo calculada torna-se a referência para toda a série. Esse valor é corrigido para todos com base no INPC de julho de 2010, alterando o valor da linha de pobreza e consequentemente a proporção de pobres. O valor de referência, salário mínimo de 2021, é era R\$ 1.100,00.

Quadro 4 – Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM)

IDHM e componentes	2000	2010
IDHM	0,608	0,718
IDHM Educação	0,486	0,645
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	34,31	48,21
% de 4 a 5 anos na escola.	49,27	94,27
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental ou com fundamental completo.	70,88	88,72
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	58,80	69,79
% de 18 a 20 anos com médio completo	24,69	43,44
IDHM Longevidade	0,718	0,805
Esperança de Vida ao Nascer	68,06	73,28
IDHM Renda	0,643	0,712
Renda per capita	438,40	671,10

Fonte: PENUD – 2019 – Plano Diretor do Município Cidade Gaúcha-PR-2021

O IDHM brasileiro segue as mesmas três dimensões do IDH Global — longevidade, educação e renda, mas vai além: adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios brasileiros.

Produto Interno Bruto per capita

PIB per capita - corresponde ao valor do PIB global dividido pelo número absoluto de habitantes de um país, região, estado ou município.

Índice IPARDES de Desempenho Municipal - IPDM

O índice Ipardes de Desempenho Municipal (IPDM) procura avaliar a situação dos municípios paranaenses, considerando, com igual ponderação, as três principais áreas de desenvolvimento econômico e social, a saber: a) emprego, renda e produção agropecuária; b) educação; e c) saúde. Na construção do índice da dimensão Saúde são usadas as variáveis: número de consultas pré-natais; óbitos infantis por causas evitáveis, e óbitos por causas mal definidas.

Na educação, as seguintes variáveis: taxa de matrícula na educação infantil; taxa de abandono escolar (1º a 4º série / 1º a 5º ano; 5º a 8º série / 6º a 9º ano e ensino médio); taxa de distorção idade-série (1º a 4º série / 1º a 5º ano; 5º a 8º série / 6º a 9º ano e ensino médio); percentual de docentes com ensino superior (1º a 4º série / 1º a 5º ano; 58 a 88 série / 6º a 9º ano e ensino médio); resultado do IDEB (1º a 4º série / 1º a 5º ano e 5º a 8º série / 6º a 9º ano).

E na dimensão Emprego, Renda e Produção Agropecuária as variáveis relacionadas ao salário médio, ao emprego formal e à renda da agropecuária.

Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal - IFDM

O IFDM — índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal — é um estudo do Sistema FIRJAN que acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico de todos os mais de 5 mil municípios brasileiros em três áreas de atuação: Emprego & renda, Educação e Saúde. Criado em 2008, ele é feito, exclusivamente, com base em estatísticas públicas oficiais, disponibilizadas pelos ministérios do Trabalho, Educação e Saúde.

Índice de Gini

Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0 (zero), quando não há desigualdade (a renda domiciliar per capita de todos os indivíduos tem o mesmo

valor), a 1 (um), quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda). O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

De acordo com IBGE/2010, o Índice de Gini da renda Domiciliar per capita no município é de 0,4279.

2.5 Aspectos Educacionais, Esportivos, Culturais e de Lazer

No município, há diversas manifestações artístico-culturais que contribuem para a preservação da história e a promoção da cultura local. Entre os eventos tradicionais, destacam-se o Torneio de Laço Comprido e as Cavalgadas, realizados há décadas pelo Centro de Tradição Gaúcha - CTG Sepé Tiarajú, bem como a Festa Religiosa da Padroeira Santa Maria Goretti e do padroeiro secundário São José Operário. Outro destaque da cultura local é a culinária, como o prato típico Leitoa Desossada.

Em relação aos espaços físicos voltados à cultura, o município dispõe do Centro Cultural Olga Deucher Tormena, com capacidade para cerca de 200 pessoas, equipado e com ar condicionado; da Casa da Cultura Angélica Tormena, que abriga o acervo do sítio arqueológico José Vieira; do Museu Municipal; e da Biblioteca Pública Municipal Flávia Carrard Schwerz.

Entre os espaços privados que também promovem atividades culturais e sociais, destacam-se a Associação dos Servidores Municipais de Cidade Gaúcha (ASSEMUCIG), a ADECIGA, voltada aos funcionários da Usina Santa Terezinha, o Salão Paroquial, com capacidade para cerca de 800 pessoas, e o CTG Sepé Tiarajú.

1 — Projetos Culturais:

- Fanfarra Municipal;

2— Eventos /Festas Típicas:

- Festival de Fanfarras e Bandas — toda a população;
- Encontro e Almoço dos Pioneiros — pessoas que chegaram no desbravamento, colonização e pioneirismo;
- Arraiá da Família Furlan — Festa Julina destinada a toda população;

- Corrida Rústica — todos os atletas que queiram participar;
- Desfile Cívico 07 de setembro — estudantes, professores, funcionários públicos, Idade e demais entidades que queiram participar (Lions Club, APAE e CTG)
- Rodeio Crioulo de Laço e VI Festa da Leitoa Desossada: destinado a toda população;
- Baile Volta ao Passado — público geral;
- Encontro Regional da 3 Idade e público geral;
- Caminhada ao Morro de Maria no dia 12 de outubro: público religioso;
- Exposição Permanente do Sítio Arqueológico José Vieira na Casa da Cultura — público alvo: comunidade escolar e geral.

3- Eventos Esportivos

- O projeto é dividido em duas modalidades - Futebol e Futsal.
- Projeto Escolinha de voleibol - 68 alunos atletas.
- Outras atividades que os jovens disputam são os jogos - JEPS, JOJUPS E JAPS.

Categorias: SUB 13, SUB 17 - adulto 18 acima.

- As escolinhas atendem crianças e adolescentes de 08 a 17 anos divididas por categorias sub 11, sub 13, sub 15 e sub 17.

EDUCAÇÃO

A educação básica é ofertada no município de Cidade Gaúcha por 8 instituições de ensino: quatro municipais, uma estadual e três particulares.

Quadro 5 – Instituições de ensino básico no município.

Instituições	Tipo de Ensino	Turnos
Colégio Atenas	Fund.II/médio	Matutino
Colégio Marechal Costa e Silva	Fund.II /médio	Matutino/Vespertino
Escola Municipal Paulo Freire	Fundamental I	Matutino/Vespertino
Escola Municipal Dom Bosco	Fundamental I	Matutino/Vespertino

Escola Sol Nascente	Ed. Infantil/Fund.I	Matutino
Centro Ed. Infantil Anjo da Guarda	Educação Infantil	Integral
Centro Educação Infantil Lauro Muller	Educação Infantil	Integral
Pré Escola Pequeno Príncipe	Educação Infantil	Matutino/Vespertino
A Escola Ana Nery — Educação Infantil e Ensino Fundamental na modalidade de Educação Especial.	Educação infantil, Fund. EJA, Educação profissional — formação inicial.	Matutino/Vespertino

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, novembro de 2025

A Escola Municipal Dom Bosco – Ensino Fundamental oferece os anos iniciais do ensino fundamental (1.^º ao 5.^º ano).

A Escola Municipal Paulo Freire – Ensino Fundamental oferece os anos iniciais do ensino fundamental (1.^º ao 5.^º ano).

A Pré-Escola Municipal Pequeno Príncipe atende crianças de quatro a cinco anos na etapa da educação infantil.

O Centro Municipal de Educação Infantil Anjo da Guarda e o Centro Municipal de Educação Infantil Prefeito Lauro Ranulfo Müller atendem crianças de seis meses a cinco anos, oferecendo o atendimento em tempo parcial.

O Colégio Estadual Marechal Costa e Silva – Ensino Fundamental e Médio oferece os anos finais do ensino fundamental (6.^º ao 9.^º ano) e o ensino médio.

A Escola Ana Nery – Educação Infantil e Ensino Fundamental na modalidade de Educação Especial oferta a educação infantil, os anos iniciais do ensino fundamental, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a educação profissional – formação inicial.

A Escola Sol Nascente – Educação Infantil e Ensino Fundamental atende crianças de quatro a cinco anos na educação infantil e oferece os anos iniciais do ensino fundamental (1.^º ao 5.^º ano).

O Colégio Atenas – Ensino Fundamental e Médio oferta os anos iniciais do ensino fundamental (1.^º ao 5.^º ano) e o ensino médio.

Na educação superior, o município conta com o Campus Regional do Arenito da Universidade Estadual de Maringá (UEM), criado em 22 de junho de

1988. O campus oferece o curso de Engenharia Agrícola (integral) e diversos cursos de graduação na modalidade a distância (EaD), entre eles as licenciaturas em Pedagogia, História, Ciências Biológicas, Letras – Português e Inglês, e física.

A partir de 2025, o campus passou também a sediar o Centro Estadual de Educação Profissional (CEEP) de Cidade Gaúcha, que oferece o curso Técnico em Agropecuária. A primeira turma iniciou suas atividades no início de 2025, marcando uma importante ampliação da oferta educacional técnica no município, voltada à formação profissional de jovens e adultos da região.

Além disso, o Campus do Arenito conta com uma Estação Meteorológica Automática, que fornece dados contínuos de temperatura, umidade, pressão atmosférica, precipitação, direção e velocidade do vento. Esses dados podem ser acessados no site do INMET (www.inmet.gov.br), na seção das redes de estações automáticas.

O Sistema Educacional Brasileiro compreende três etapas da Educação Básica: educação infantil (0 a 5 anos), ensino fundamental (6 a 14 anos) e ensino médio (15 a 17 anos). Municípios e estados devem atuar de forma articulada na oferta do ensino fundamental, enquanto o ensino médio é de responsabilidade dos estados. O ensino fundamental é obrigatório e gratuito, conforme estabelece a Lei Federal n.º 9.394/1996, que define as diretrizes e bases da educação nacional.

EDUCAÇÃO INFANTIL

A oferta da primeira etapa da educação básica no município de Cidade Gaúcha é realizada por três instituições públicas e uma instituição privada.

A rede municipal de ensino oferta toda a educação infantil, ou seja, a creche e pré-escola, e a rede particular, somente a pré-escola, para as crianças da faixa etária de quatro a cinco anos de idade.

Os Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), que ofertam a educação em tempo integral, atende crianças a partir dos seis meses de idade, dividindo a sua organização, de acordo com a faixa etária atendida da seguinte maneira: berçário (de seis meses a um ano); maternal (de um a três anos) pré I (quatro anos) e pré II (cinco anos).

Quadro 6 – Instituições de Ensino que ofertam a Educação Infantil, 2020 – TERÁ QUE VERIFICAR NOVAMENTE?

Instituição de Ensino	Total de alunos por faixa etária		Turnos	Demanda Reprimida
	0 a 3 anos	4 a 5 anos		
Centro de Educação Infantil Anjo da Guarda	140	-	Integral	19
Centro de Educação Infantil Lauro Muller	201	-	Integral	20
Pré Escola Municipal Pequeno Príncipe	-	283	Matutino Vespertino	0
Escola Sol Nascente – Educação Infantil e Ensino Fundamental	41		Vespertino	0

Fonte: Secretaria Municipal de Educação-2025

EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL E MÉDIO

O Ensino Fundamental, segunda etapa educação básica é oferecido pelo município e pela rede pública e privada. O município conta com três instituições que oferecem o ensino médio, sendo duas da rede estadual e uma da rede privada, o Colégio Marechal Costa e Silva, o CEEP (Centro Estadual de Educação Profissional) Agrícola de Cidade Gaúcha e o Colégio Atenas, respectivamente. O CEEP Agrícola oferece, além do ensino médio regular, o curso técnico em Agropecuária, estando localizado no Campus do Arenito da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Quadro 7 – Matrículas na Educação Básica, segundo modalidades de ensino – 2020 a 2024.

MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA, SEGUNDO MODALIDADES DE ENSINO

MODALIDADES DE ENSINO	2020	2021	2022	2023	2024
Creche	307	272	290	288	313
Pré-Escola	343	311	297	324	324
Ensino Fundamental	1.349	1.370	1.486	1.486	1.413
Ensino Médio	409	292	319	274	373
Educação Profissional	-	-	36	88	152
Educação Especial – Classes Exclusivas	56	53	63	60	65
EJA – Ensino Fundamental	65	59	50	48	39
EJA – Ensino Médio	65	59	50	48	39
TOTAL	2.511	2.343	2.461	2.439	2.481

FONTE: MEC/INEP – IPARDES

Em 2024, o município registrou 2.481 matrículas na Educação Básica, distribuídas entre diferentes modalidades de ensino. A maior concentração está no Ensino Fundamental, que representa 56,9% do total de alunos. Na Educação Infantil, as Creches correspondem a 12,6% das matrículas, enquanto a Pré-Escola representa 13,1%. O Ensino Médio participa com 15,0%, seguido pela Educação Profissional, com 6,1%. A Educação Especial em classes exclusivas abrange 2,6% do total, enquanto a EJA – Ensino Fundamental e EJA – Ensino Médio somam 1,6% cada.

Desempenho Escolar

Percentual de alunos matriculados considerados aprovados, reprovados ou desistentes. A situação de desistência (abandono) é caracterizada por alunos matriculados em determinada série, que deixam de frequentar a escola durante o ano letivo.

Quadro 8 – Taxa de Rendimento Educacional nos Ensinos Fundamental e médio – 2024.

Tipo de Ensino	Aprovação (%)	Abandono (%)
Fundamental	96,9	0,3
Anos iniciais (1^a a 4^a série e/ou 1º a 5º ano)	96,6	-
Anos iniciais (5^a a 8^a série e/ou 6º a 9º ano)	97,3	0,7
Médio	90,8	0,8

Fonte: IPARDES/MEC/INEP

Taxa de Distorção Idade Série nos Ensino Fundamental e médio- 2020 a 2024

Quadro 9 – Proporção de alunos nos anos iniciais e finais do ensino fundamental e médio, com idade superior a recomendada às etapas do sistema de ensino básico.

TAXA DE DISTORÇÃO IDADE SÉRIE, SEGUNDO ETAPAS DE ENSINO (%)					
ETAPAS DO ENSINO	2020	2021	2022	2023	2024
Ensino Fundamental	13,2	10,3	10,7	11,8	11,4
Anos Iniciais	7,7	7,8	8,0	8,6	7,4
Anos Finais	19,2	13,3	13,7	15,7	15,7
Ensino Médio	19,6	13,7	17,2	13,5	13,5

FONTE: IPARDES/MEC/INEP

IDEB - índice de Desenvolvimento da Educação Básica

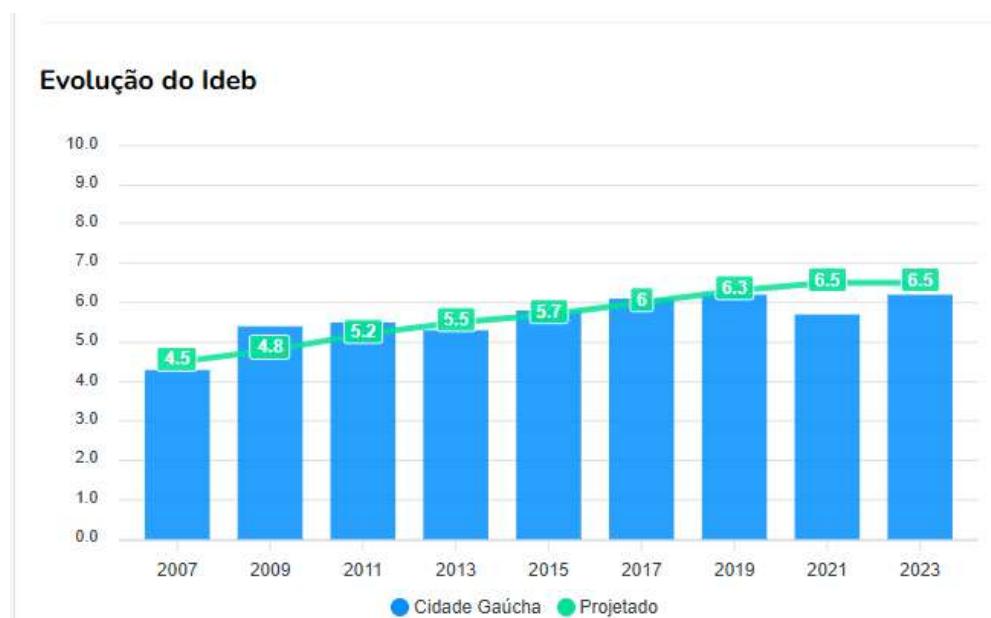
O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do Inep, o SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica) e a Prova Brasil.

O índice foi criado em 2007 e tem divulgação de forma bienal. Foram fixadas metas até o ano de 2021, no Termo de Adesão ao Compromisso Todos pela Educação, eixo do PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação), implementado pelo Decreto n.º 6.094, de 24 de abril de 2007.

Em relação a taxa de analfabetismo consideraram-se como analfabetas as pessoas maiores de 15 anos que declararam não serem capazes de ler e escrever um bilhete simples ou que apenas assinam o próprio nome, incluindo as que aprenderam a ler e escrever, mas esqueceram. Fonte: MEC / INEP.

A seguir são apresentados outros gráficos e imagens que representam informações relevantes quanto à educação no município.

Gráfico 3 – Evolução IDEB - índice de Desenvolvimento – Anos Iniciais, 2007 – 2023.



Fonte: QEDU

Gráfico 4 – Evolução IDEB - índice de Desenvolvimento – Anos Finais, 2007 – 2023.

Evolução do Ideb



Fonte: QEDU

EDUCAÇÃO SUPERIOR

A modalidade de Educação a Distância (EaD) tem apresentado nos últimos anos um crescimento expressivo. Uma das principais razões para esse crescimento pode ser atribuída à demanda reprimida de alunos não atendidos, principalmente por motivos econômicos e de localidades distantes das instituições de educação superior.

Com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no país foi criado em 2005, o programa Universidade Aberta do Brasil (UAB). Este sistema é um articulador entre governo federal e entes federativos que apoiam as universidades públicas a oferecerem cursos de graduação e de pós-graduação na modalidade de educação a distância.

Em Cidade Gaúcha, desde o ano de 2007, funciona o Pólo de Apoio Presencial da UAB, com cursos da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Além do pólo UAB de Cidade Gaúcha, o município tem outros 5 Pólos de faculdades particulares com cursos na modalidade EaD.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Segundo o Censo Demográfico de 2010, a taxa de analfabetismo no município de Cidade Gaúcha entre a população de 15 anos ou mais era de 11,33%. A partir dos indicadores mais recentes divulgados pelo IBGE para o Brasil e para o Estado do Paraná observa-se uma tendência de queda: no país essa taxa caiu para 7,0% em 2022, e no Paraná para 4,3%. Contudo, não foram localizados dados municipais recentes com a mesma definição para o município que permitam calcular com precisão o valor atual para Cidade Gaúcha. Isso reforça a necessidade de manter, como política pública, a oferta de programas de alfabetização e EJA para jovens e adultos, especialmente entre faixas etárias mais elevadas que permanecem com maiores índices de analfabetismo em nível nacional.

PROGRAMAS E PROJETOS

Programa Caminho da Escola:

Objetiva renovar, padronizar e ampliar a frota de veículos escolares das redes municipal, do DF e estadual de educação básica pública. Voltado a estudantes residentes, prioritariamente, em áreas rurais e ribeirinhas, o programa oferece ônibus, lanchas e bicicletas fabricados especialmente para o tráfego nestas regiões, sempre visando à segurança e à qualidade do transporte. Estudantes da rede pública de educação básica. Gestores educacionais são os responsáveis pela aquisição dos veículos.

Programa - Formação pela Escola (FPE):

É um programa de formação continuada, na modalidade distância, que tem por objetivo contribuir para o fortalecimento da atuação dos agentes e parceiros envolvidos com a execução, o monitoramento, a avaliação, a prestação de contas e o controle social dos programas e ações educacionais financiados pelo FNDE.

Destina- se a cidadãos que exerçam funções de gestão, execução, monitoramento, prestação de contas e controle social de recursos orçamentários dos programas e ações financiados pelo FNDE, como profissionais de educação da rede pública de ensino, técnicos, gestores públicos estaduais, municipais e

escolares, membros do comitê local do Plano de Ações Articuladas (PAR) e dos conselhos de controle social da educação (Conselho Municipal de Educação — CMM; Conselho Escolar — CE; Conselho de Alimentação Escolar — CAE; Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb — CACS/Fundeb) que atuem no segmento da educação básica e qualquer cidadão que tenha interesse em conhecer as ações e os programas do FNDE.

PAR: Plano de Ações Articuladas (PAR):

É uma estratégia de assistência técnica e financeira iniciada pelo Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, instituído pelo Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, fundamentada no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que consiste em oferecer aos entes federados um instrumento de diagnóstico e planejamento de política educacional, concebido para estruturar e gerenciar metas definidas de forma estratégica, contribuindo para a construção de um sistema nacional de ensino. Trata-se de uma estratégia para o planejamento plurianual das políticas de educação, em que os entes subnacionais elaboram plano de trabalho a fim de desenvolver ações que contribuam para a ampliação da oferta, permanência e melhoria das condições escolares e, consequentemente, para o aprimoramento do índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de suas redes públicas de ensino.

Assegurar o acesso dos estudantes às vagas escolares disponibilizadas nas instituições de ensino, em especial na educação básica, e sua permanência com sucesso na escola, depende do atendimento a uma série de elementos estruturais e serviços, dentre os quais se destacam: materiais didáticos e pedagógicos, formação de profissionais, equipamentos e infraestrutura escolar. Esses produtos e serviços se relacionam a vários fatores econômicos e sociais e à forma de planejamento, gestão, atuação e colaboração entre os entes subnacionais, proporcionada pela assistência técnica e financeira, concretizada no âmbito do PAR.

PDDE: Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE):

Destina recursos financeiros, em caráter suplementar, a escolas públicas da educação básica (e casos específicos) para uso em despesas de manutenção

do prédio escolar e de suas instalações (hidráulicas, elétricas, sanitárias etc.); de material didático e pedagógico; e também para realização de pequenos investimentos, de modo a assegurar as condições de funcionamento da unidade de ensino, além de reforçar a participação social e a autogestão escolar. Os repasses são feitos anualmente, em duas parcelas iguais.

Existem ainda as "Ações Agregadas ao PDDE", transferências financeiras para fins específicos classificadas em três grupos: o Novo Mais Educação, que compreende as atividades de educação integral em jornada ampliada; o PDDE Estrutura, constituído das ações Água na Escola, Escola do Campo, Escola Sustentável e Escola Acessível; e o PDDE Qualidade, composto das ações Atleta na Escola, Ensino Médio Inovador, Mais Cultura nas Escolas e Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE Escola). Escolas públicas de educação básica estaduais, do Distrito Federal e municipais; unidades de ensino privadas de educação especial qualificadas como beneficentes de assistência social ou de atendimento direto e gratuito ao público; e polos presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) que oferecem programas de formação inicial ou continuada a profissionais da educação básica.

PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE):

Oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. O governo federal repassa, a estados, municípios e escolas federais, valores financeiros de caráter suplementar efetuados em 10 parcelas mensais (de fevereiro a novembro) para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino.

O PNAE é acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), e também pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público.

O repasse é feito diretamente aos estados e municípios, com base no Censo Escolar realizado no ano anterior ao do atendimento. O Programa é acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade, por meio dos Conselhos

de Alimentação Escolar (CAE), pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público.

Com a Lei nº 11.947, de 16/6/2009, 30% do valor repassado pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar — PNAE deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar, medida que estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades.

São atendidos pelo programa os alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias (conveniadas com o poder público).

Vale destacar que o orçamento do PNAE beneficia milhões de estudantes brasileiros, como prevê o artigo 208, incisos IV e VII, da Constituição Federal.

PNATE: Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE):

Consiste na transferência automática de recursos financeiros para custear despesas com manutenção, seguros, licenciamento, impostos e taxas, pneus, câmaras, serviços de mecânica em freio, suspensão, câmbio, motor, elétrica e funilaria, recuperação de assentos, combustível e lubrificantes do veículo ou, no que couber, da embarcação utilizada para o transporte de alunos da educação básica pública residentes em área rural.

Serve, também, para o pagamento de serviços contratados junto a terceiros para o transporte escolar. Os recursos são destinados aos alunos da educação básica pública residente em áreas rurais que utilizam transporte escolar.

Os valores transferidos diretamente aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios são feitos em dez parcelas anuais, de fevereiro a novembro. O cálculo do montante de recursos financeiros destinados anualmente aos entes federados é baseado no censo escolar do ano anterior X per capita definido e disponibilizado na página do FNDE para consulta.

Os estados podem autorizar o FNDE a efetuar o repasse do valor correspondente aos alunos da rede estadual diretamente aos respectivos municípios. Para isso, é necessário formalizar a autorização por meio de ofício ao

órgão. Caso não o façam, terão de executar diretamente os recursos recebidos, ficando impedidos de fazer transferências futuras aos entes municipais.

Os Programas do Livro compreendem as ações de dois programas:

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), por meio dos quais o governo federal provê as escolas de educação básica pública com obras didáticas, pedagógicas e literárias, bem como com outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita. As ações dos programas de material didático destinam-se aos alunos e professores das escolas de educação básica pública, incluindo estudantes de educação de jovens e adultos.

PROINFÂNCIA:

O Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil, instituído pela Resolução nº 6, de 24 de abril de 2007, é uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do Ministério da Educação, visando garantir o acesso de crianças a creches e escolas, bem como a melhoria da infraestrutura física da rede de Educação Infantil.

O programa atua sobre dois eixos principais, indispensáveis à melhoria da qualidade da educação:

1. Construção de creches e pré-escolas, por meio de assistência técnica e financeira do FNDE, com projetos padronizados que são fornecidos pelo FNDE ou projetos próprios elaborados pelos proponentes;

2. Aquisição de mobiliário e equipamentos adequados ao funcionamento da rede física escolar da educação infantil, tais como mesas, cadeiras, berços, geladeiras, fogões e bebedouros.

Compromisso Nacional Criança Alfabetizada

O Compromisso Nacional Criança Alfabetizada é uma política que articula a União, estados e municípios para garantir que todas as crianças estejam alfabetizadas na idade certa, até o 2º ano do Ensino Fundamental. O programa apoia as redes com formação de professores, materiais de qualidade, avaliação,

assistência técnica e recursos financeiros, buscando reduzir desigualdades e fortalecer a aprendizagem na primeira infância.

Educação Conectada:

A Educação Conectada é o nome do Programa de Inovação proposto pelo Ministério da Educação para acelerar a incorporação de tecnologia e inovação nas escolas públicas brasileiras por meio de uma oferta balanceada de conexão à internet, conteúdos educacionais digitais e formação de professores.

Qual é o objetivo do Programa? Apoiar a universalização do acesso à Internet em alta velocidade e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica, em consonância com a estratégia 7.15 do Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei no 13.005, de 25 de junho de 2014.

Cooperjovem:

É um programa da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), desenvolvido em âmbito nacional pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop) desde 2000.

Em 2001, o programa foi implantado pelo Sescoop/SP, que assumiu sua coordenação em âmbito estadual em parceria com as Cooperativas e Secretarias de Educação.

Programa Cooperativa Mirim:

A fim de fomentar a formação de cooperativas nas escolas e instituições que atendem crianças e adolescentes, o Instituto Sicoob e a cooperativa Cooesa se uniram a educadores, pais e alunos dos municípios para a implementação de cooperativas mirins.

A Cooperativa Mirim é uma associação de alunos que, sob a orientação de um Professor Orientador, se unem voluntariamente visando satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio da vivência e prática do cooperativismo.

Essas cooperativas fundadas são dirigidas e coordenadas pelos próprios alunos da instituição social ou instituição de ensino regular — públicas ou particulares — e tem por finalidade o desenvolvimento de competências, hábitos e

atitudes por meio de uma prática pedagógica disseminando os princípios do cooperativismo, harmonizando-os aos interesses com a comunidade, na produção de bens ou prestação de serviços, obtendo, por fim, responsabilidades sociais, morais e econômicas dentro e fora do ambiente escolar, com distribuição dos resultados proporcionais entre os membros participantes.

Financiamento:

FUNDEB: O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação — Fundeb é um fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual (um fundo por estado e Distrito Federal, num total de vinte e sete fundos), formado, na quase totalidade, por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios, vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal.

Além desses recursos, ainda compõe o Fundeb, a título de complementação, uma parcela de recursos federais, sempre que, no âmbito de cada Estado, seu valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente. Independentemente da origem, todo o recurso gerado é redistribuído para aplicação exclusiva na educação básica.

O aporte de recursos do governo federal ao Fundeb, de R\$ 2 bilhões em 2007, aumentou para R\$ 3,2 bilhões em 2008, R\$ 5,1 bilhões em 2009 e, a partir de 2010, passou a ser no valor correspondente a 10% da contribuição total dos estados e municípios de todo o país.

Os investimentos realizados pelos governos dos Estados, Distrito Federal e Municípios e o cumprimento dos limites legais da aplicação dos recursos do Fundeb são monitorados por meio das informações declaradas no Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope), disponível no sítio do FNDE, no endereço eletrônico: São destinatários dos recursos do Fundeb os estados, Distrito Federal e municípios que oferecem atendimento na educação básica.

Na distribuição desses recursos, são consideradas as matrículas nas escolas públicas e conveniadas, apuradas no último censo escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep/MEC).

Os alunos considerados, portanto, são aqueles atendidos:

- Nas etapas de educação infantil (creche e pré-escola), ensino fundamental (de oito ou de nove anos) e ensino médio;
- Nas modalidades de ensino regular, educação especial, educação de jovens e adultos e ensino profissional integrado;
- Nas escolas localizadas nas zonas urbana e rural;
- Nos turnos com regime de atendimento em tempo integral ou parcial (matutino e/ou vespertino ou noturno).

O Salário-Educação

É uma contribuição social destinada ao financiamento de programas, projetos e ações voltados para a educação básica pública, conforme previsto no § 5º do art. 212 da Constituição Federal de 1988. Os recursos do Salário-Educação são repartidos em cotas, sendo os destinatários a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios.

Projeto de Interação Dinâmica:

Projeto que trabalha atividades dinâmicas, coordenação motora, movimento, lateralidade, expressão corporal, jogos e brincadeiras no sentido de ampliar e enriquecer as possibilidades expressivas, gestuais e corporais das crianças de seis meses a cinco anos.

Projeto música:

Mostrar práticas educativas na Educação Infantil, através da realização de atividades musicais, de forma lúdica e prazerosa para a criança, fazendo dessa arte, parte integrante de sua cultura, aprendizagem e sociabilidade.

Projeto Estudando com a Bíblia:

Favorecer a discussão e o fortalecimento de valores éticos, vínculos familiares e comunitários entre crianças e suas famílias. Projeto desenvolvido do 1º ao 5º ano com matéria (livreto) específico.

Projeto PIP:

Projeto com alunos do 1º ao 5º anos que apresentam dificuldades de ensino-aprendizagem e não conseguem acompanhar a turma regular com atendimento especial e diferenciado. Através de avaliação com direção, psicopedagoga, suporte pedagógico, professor, psicopedagoga, psicóloga.

Projeto Semeando o Verde (Projeto desenvolvido pela Usina Santa Terezinha e as escolas)

O Semeando o Verde tem como objetivo promover o desenvolvimento da consciência ambiental de crianças do 3º, 4º e 5º ano do ensino público municipal e acontece em comemoração ao Dia da Árvore (21 de setembro). Em 2016, o projeto atendeu 4.900 crianças de 35 escolas públicas em 13 municípios do Paraná e Mato Grosso do Sul. A programação do evento envolve atividades com a temática da preservação ambiental, como palestras, apresentações teatrais, concurso de desenho/redação e plantio de mudas de árvores, além da entrega de kits e premiações.

O Semeando o Verde é realizado com a participação de colaboradores e voluntários. As mudas utilizadas no plantio são cultivadas nos viveiros próprios da empresa e recebidas por meio de doações do IAP (Instituto Ambiental do Paraná), Itaipú Binacional e ICMBio/Reserva das Perobas.

Projeto Bom Leitor (Desenvolvido pela escola municipal Paulo Freire):

Concurso de leitura para alunos do 5º ano do Ensino Fundamental desenvolvido durante as aulas semanais de Biblioteca durante o ano letivo.

Projeto Lendo Mais Para Aprender Muito:

Projeto desenvolvido em todas as turmas do 2º ano e com turmas do Projeto de Intervenção Pedagógica durante o ano letivo, através de leituras de textos, gibis, livros de literatura infantil e outras tipologias textuais.

Projeto Formação de Leitores:

Projeto de incentivo à leitura, destinado aos professores com certificado de horas.

PRO LEEI – Formação

O PRO LEEI é um programa de formação continuada voltado aos profissionais da Educação Infantil, oferecendo cursos, materiais e orientações para qualificar as práticas pedagógicas, fortalecer a gestão das unidades e alinhar o trabalho às diretrizes nacionais da etapa.

Programa Saúde na Escola (PSE)

O PSE integra ações da educação e da saúde para atender estudantes da rede pública, promovendo prevenção, cuidados básicos, vacinação, saúde mental, alimentação saudável e outros temas que contribuem para o desenvolvimento integral e para a permanência dos alunos na escola.

Conaquei – Compromisso Nacional pela Qualidade e Equidade na Educação Infantil

O Conaquei é uma política que apoia estados e municípios na melhoria da qualidade das creches e pré-escolas, com foco em equidade. Ele investe em formação, infraestrutura, propostas pedagógicas, gestão democrática e avaliação para garantir acesso e permanência com qualidade.

Programa Na Ponta do Lápis

O Programa Na Ponta do Lápis promove educação financeira, fiscal e previdenciária na educação básica, integrando esses conteúdos à BNCC. Ele visa formar estudantes mais conscientes e preparados para lidar com dinheiro, impostos e planejamento, além de oferecer formação aos professores.

Escolas Conectadas (ENEC)

A Estratégia Nacional de Escolas Conectadas busca universalizar a internet de qualidade nas escolas públicas, garantir dispositivos, fortalecer a formação digital de docentes e ampliar o uso pedagógico das tecnologias, contribuindo para inclusão e transformação digital na educação.

Programa Escola em Tempo Integral

O Programa Escola em Tempo Integral amplia a jornada escolar para oferecer mais atividades pedagógicas, culturais, esportivas e de apoio ao estudo. Ele busca melhorar o aprendizado, reduzir desigualdades e promover o desenvolvimento integral dos estudantes.

PNEERQ – Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-raciais e Educação Escolar Quilombola

A PNEERQ promove ações de enfrentamento ao racismo e valorização das identidades negras e quilombolas nas escolas. Ela investe na formação de profissionais, produção de materiais específicos, protocolos antirracistas e fortalecimento da educação escolar quilombola.

2.6 Aspectos de Saúde

A União é o principal financiador da saúde pública no país. Historicamente, metade dos gastos é feita pelo governo federal, a outra metade fica por conta dos estados e municípios. A União formula políticas nacionais, mas a implementação é feita por seus parceiros (estados, municípios, ONGs e iniciativa privada).

O município é o principal responsável pela saúde pública de sua população. A partir do Pacto pela Saúde, assinado em 2006, o gestor municipal passa a assumir imediata ou paulatinamente a plenitude da gestão das ações e serviços de saúde oferecidos em seu território.

Quando o município não possui todos os serviços de saúde, ele pactua com as demais cidades de sua região a forma de atendimento integral à saúde de sua população. Esse pacto também deve passar pela negociação com o gestor estadual.

A saúde em Cidade Gaúcha é de responsabilidade da Secretaria de Saúde. No município são ofertados serviços de saúde de baixa complexidade, nas áreas de Odontologia, clínica médica, fisioterapia, ginecologia e obstetrícia, fonoaudiologia, nutrição, psicologia, conforme abaixo descritos:

- Programa Saúde Bucal;

- Programa de saúde mental;
- Saúde da mulher;
- Epidemiologia e imunização;
- Saúde da criança;
- Programa saúde na escola;
- Programa nutricional e puericultura;
- Zoonoses;
- Assistência Farmacêutica.

Os equipamentos estão descritos na tabela a seguir:

Quadro 10 – Relação de equipamentos de saúde de acordo com CNES

Estabelecimento	CNES	Gestão
Ademir Paulino Ferrarini	2731193	M
Adriano Ramos	7113609	M
Ambulatório Santa Terezinha	7288425	M
APAE de Cidade Gaúcha	3503224	E
CEMUTI - Centro de Terapias Integradas	5596521	M
Clínica Bem Estar	0641332	M
Clínica Budin	0637874	M
Clínica Freitas	0400246	M
Clínica Odontológica Umuprev	0637734	M
Clínica Reabilitare	7914687	M
Clínica Saratt	9108831	M
Clínica Viver	3503194	E
Consultório Odont. Altemar Gimenez Gomes	6921655	M
Consultório Odont. Cristiane Consolin Ciriaco	7229763	M
Consultório Odont. Dra. Milena Caetano	0766372	M
Consultório Odont. Pamela Malezan Turatti	9518827	M
Consultório Odont. Valmir Agustinho da Silva	6921647	M
Consultório Odont. Viviane Erkman da Rocha	6660371	M
Eliete Psicologia	7218400	M
Espaço Odontológico Dr. Rafael M. Moacir	0483699	M
Facial Imagem	5919347	M
Farmácia Drogracentro	0987476	M
Farmácia Farmanossa	0766968	M
Fisioterapia e Reabilitação Vida	2733129	E
Fonoaudióloga Isabela Medina	4478967	M
Hospital Municipal de Gaúcha	2733188	D
Clínica Osvaldo Cruz Ltda	2733552	D

Laboratório Confiança	5765455	M
Laboratório Santo Antônio	2734249	E
Medclin Clínica Médica	7582145	M
Mm Serviços de Saúde	0767301	M
Odonto Excellence	0643688	M
Posto Central	2731916	M
Posto Municipal de Saúde da Vila Cohapar	2735768	M
Posto Vila Aeroporto	2735776	M
Raro Clínica Médica	5930367	M
São Francisco Saúde	9775609	M
SMS de Cidade Gaúcha	2802945	M
Unid. de Atenção Primária à Saúde da Família Cidade Gaúcha	6858066	M
Vander Farma	0987247	M

Fonte: CNES - 2025

Indicadores de Saúde

Quadro 11 – Indicadores Natalidade Cidade Gaúcha-Pr

CONDIÇÕES	2022	2023	2024	2025
Número de Nascidos Vivos	172	136	140	129
Taxa Bruta de Natalidade	14,99	11,86	11,96	11,02
Número de mães de 15-19 anos	15	17	15	16
Número de mães de 10-14 anos	0	0	2	1
Número com baixo peso ao nascer	0	0	0	5
Número de nascidos vivos por partos cesáreos	94	89	95	70
Número de nascidos vivos por partos vaginais	80	46	45	46
Número de nascidos vivos sem informação de tipo de partos	0	1	0	0

Fonte: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=02> – outubro de 2025.

Quadro 12 – Taxa de mortalidade em crianças menores de 1 ano de idade a cada mil nascidos vivos:

INDICADORES	2022	2023	2024	2025
Óbito infantil (nº absoluto)	3	2	0	1
Taxa de mortalidade infantil	17,44	14,70	0	7,75

Fonte: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=02> - 2025

Quadro 13 – Taxa de mortalidade materna (a cada 100 mil nascidos vivos)

INDICADORES	2022	2023	2024	2025
-------------	------	------	------	------

Óbito Materno (nº Absoluto)	0	0	0	0
Taxa de mortalidade Materna	0	0	0	0
Mulher em idade Fértil	4	5	4	5

Fonte:<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=02> - 2025

As incidências de doenças (internamentos por causa) na área urbana e rural, segundo dados municipais/DATASUS de 2022 à setembro de 2025, foram:

Quadro 14 – Morbidade Hospitalar do SUS - por local de residência – Paraná

INDICADORES	2022	2023	2024	2025
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	242	200	160	155
II. Neoplasias (tumores)	66	70	82	62
III. Doenças do sangue e dos órgãos hematopoiéticos e alguns transtornos imunitários	01	02	03	15
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	18	12	06	13
V. Transtornos mentais e comportamentais	16	09	20	09
VI. Doenças do sistema nervoso	17	13	17	06
VII. Doenças do olho e anexos	59	114	40	27
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide	01	18	14	07
IX. Doenças do aparelho circulatório	90	117	107	71
X. Doenças do aparelho respiratório	253	291	187	230
XI. Doenças do aparelho digestivo	72	83	78	71
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	11	18	11	08
XIII. Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	34	36	37	27
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	118	114	83	62
XV. Gravidez parto e puerpério	113	117	111	84
XVI. Algumas afecções originadas no período perinatal	14	10	11	16
XVII. Malformações congênitas deformidades e anomalias cromossômicas	01	04	01	03
XVIII - Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório	08	12	15	11
XIX. Lesões, envenenamento e algumas outras consequências de causas externas	106	79	66	48
XXI. Contatos com serviços de saúde	16	32	36	19
	1.256	1.351	1.085	944

Fonte: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=02> / setembro de 2025.

De acordo com a tabela, as enfermidades mais frequentes no Município são doenças infecciosas e parasitárias, que ultrapassaram 200 internações (cada) no ano de referência. Em seguida é destacado enfermidades do aparelho respiratório e circulatório de que passaram das 100 internações (cada) no mesmo período.

Taxa de Mortalidade Geral

De acordo com a tabela, aos óbitos mais frequentes no Município são causados por doenças do aparelho circulatório, seguido por doenças endócrinas nutricionais e metabólicas.

Na grande maioria os pacientes são encaminhados para o município de Cianorte, por meio de transporte sanitário, onde os pacientes são atendidos por médicos e exames de média e alta complexidade. Esse encaminhamento acontece por meio do convênio intermunicipal CISCENOP e central de leitos, desde sua criação.

Cidade Gaúcha realiza atendimento da população de outros municípios, como trabalhadores das cidades vizinhas que atuam no abatedouro do município.

Não foram relatados problemas administrativos e de atendimento hospitalar.

Número de óbitos, expresso por mil habitantes, ocorridos na população geral, em determinado período. Taxa de Mortalidade Geral = (Óbitos Gerais / População) x 1000.

Quadro 15 – Número total de óbitos por tipo de doença em Cidade Gaúcha/PR

DOENÇA	TOTAL
Doenças do aparelho circulatório	66
Neoplasias (tumores)	48
Causas externas de morbidade e mortalidade	39
Doenças do aparelho respiratório	36
Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	22

Doenças do sistema nervoso	17
Doenças do aparelho digestivo	13
Doenças do aparelho genitourinário	12
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	06
Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório	04
Transtornos mentais e comportamentais	04
Malformações congênitas deformidades e anomalias cromossômicas	03
Algumas afecções originadas no período perinatal	03
Doenças do sangue e dos órgãos hematopoiéticos e alguns transtornos imunitários	02
Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	02
Doenças da pele e do tecido subcutâneo	01
	278

Fonte: DATASUS / Dados até 2024.

Quadro 16 – Outros indicadores de mortalidade proporcional

Indicadores de Mortalidade	2022	2023	2024	2025
Total de óbitos	88	98	92	66
Taxa de óbitos por 1.000 habitantes	7,67	8,54	7,86	5,64
Número de mortalidade prematura (30 a 69 anos) pelo conjunto das principais doenças crônicas (doenças do Ap.Circulatório I00 a I99, Câncer C00 a C97, diabetes E10 a E 14, doenças respiratórias crônicas J40 a J47)	17	22	22	9

Fonte:<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=02> - 2025, relatório puxado até o mês de outubro.

Tipos de doenças relacionadas à alimentação

O acompanhamento da saúde da população inclui identificar doenças que podem estar relacionadas à alimentação inadequada. Entre as mais comuns estão:

1. Obesidade

- Acúmulo excessivo de gordura corporal.
- Pode causar diabetes tipo II, hipertensão e doenças cardiovasculares.
- **Prevenção:** alimentação balanceada e prática de atividade física regular.

2. Colesterol Elevado

- Excesso de colesterol no sangue pode entupir veias e artérias.
- Fontes: gordura animal (manteiga, bacon, leite integral, queijos amarelos).
- **Prevenção e controle:** reduzir gorduras saturadas e trans, aumentar fibras, praticar exercícios.

3. Gastrite

- Inflamação da mucosa do estômago.
- Causas: bactéria *Helicobacter pylori*, estresse, má alimentação, longos intervalos entre refeições.
- **Prevenção:** refeições regulares, alimentação equilibrada e controle do estresse.

4. Diabetes

- Aumento da glicose no sangue devido à falta ou insuficiência de insulina.
- Tipo II está associada à obesidade e excesso de peso.
- **Prevenção:** alimentação saudável, controle de peso e atividade física.

5. Hipertensão

- Pressão arterial elevada.
- Fatores de risco: obesidade, consumo excessivo de sal e álcool, tabagismo, sedentarismo.
- **Prevenção:** alimentação balanceada, redução de sódio, prática de exercícios.

Aleitamento materno

O leite materno é o alimento ideal para o bebê, com inúmeros benefícios:

- Exclusivo até 6 meses: somente leite materno, sem água ou chás.
- Continuação até 2 anos: junto à alimentação complementar.
- Benefícios para o bebê:

Crescimento e desenvolvimento adequados; proteção contra infecções e alergias; menos problemas na fala e dentição.

- Benefícios para a mãe:

Redução de hemorragia pós-parto e anemia; retorno mais rápido ao peso pré-gestação; diminuição do risco de câncer de mama e ovário.

No município de Cidade Gaúcha é realizado acompanhamento nutricional das gestantes, em relação ao ganho de peso durante a gestação e a alimentação saudável para o feto. Também são realizados grupos mensais com as gestantes onde é colocado vários temas, mas o enfoque maior é o incentivo ao aleitamento materno.

Apoio à família nas questões de alimentação

- Suplementação alimentar conforme prescrição médica.
- Fórmulas infantis disponíveis para famílias que não têm condições de adquirir, mediante pedido do pediatra.

Ações de vigilância sanitária - área de alimentos

- Inspeção de cozinhas escolares e produtos vendidos em feiras e mercados.
- Verificação de procedência e segurança dos alimentos.
- Suplementação de ferro realizada conforme análise médica.

Índices de baixo peso e baixa estatura para crianças menores de 5 anos

- Peso e estatura são indicadores importantes da saúde infantil.
- Queixas de baixo peso ou crescimento lento geralmente refletem expectativas familiares.
- Em Cidade Gaúcha, o índice de crianças com baixo peso e baixa estatura é muito baixo.
- Orientações nutricionais são realizadas quando há necessidade clínica.

Adolescentes e adultos — Quadro de desnutrição

- Falta de ingestão ou absorção adequada de nutrientes.
- Pode ser leve (dieta inadequada) ou grave (consequências irreversíveis).
- Maior ocorrência: acamados, pessoas com deficiência motora e famílias em vulnerabilidade.
- Causa comum em adultos e adolescentes: hábitos alimentares inadequados da vida moderna.

SISVAN – Peso

- Avalia medidas corporais e consumo alimentar na Atenção Básica.
- Consolida dados para gerar relatórios e orientar políticas públicas.
- Em Cidade Gaúcha, utiliza-se o **E-SUS** para registro de todos os atendimentos.

2.7 Aspectos Sociais

A Política Municipal de Assistência Social, formulada democraticamente com a sociedade, em conformidade com a Lei Orgânica de Assistência Social — LOAS nº. 8.742 de 7/12/1993, Lei 12.435/2011, que altera alguns artigos da LOAS (Lei nº 8.742/1993), integrando ao texto o Sistema Único da Assistência Social (SUAS), a Política Nacional de Assistência Social/2004, o Sistema Único de Assistência Social/NOS 2005 e a Lei Orgânica Municipal, visando à melhoria da qualidade de vida e a promoção da cidadania no Município. Baseado em indicadores da Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004).

Caracterização demográfica da extrema pobreza

Conforme dados do Censo IBGE 2010, a população total do município era de 11.062 residentes, dos quais 224 encontravam-se em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar per capita abaixo de R \$70,00. Isto significa que 2,0% da população municipal vivia nesta situação. Do total de 79

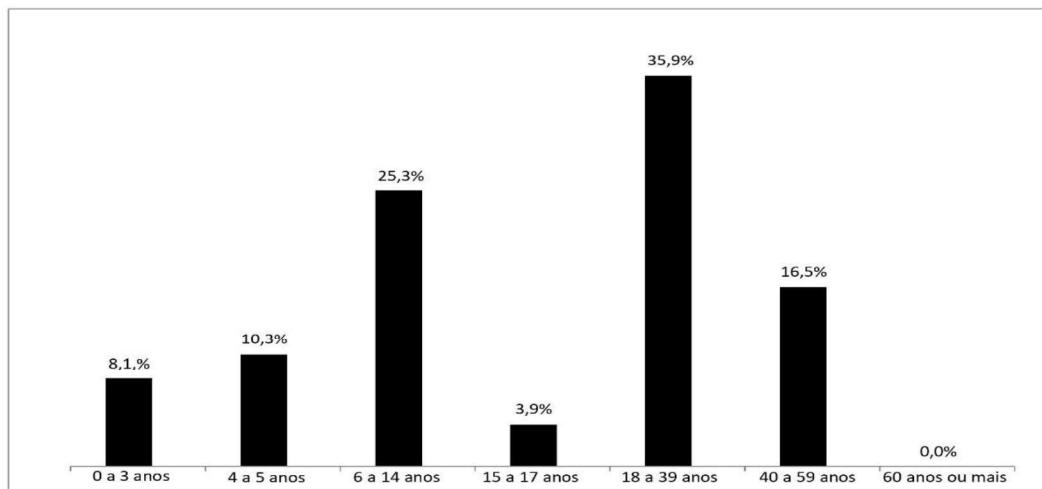
extremamente pobres, 27 (12,1%) viviam no meio rural e 197 (87,9%) no meio urbano. O Censo também revelou que no município havia 18 crianças na extrema pobreza na faixa de 0 a 3 anos e 23 na faixa entre 4 e 5 anos. O grupo de 6 a 14 anos, por sua vez, totalizou 57 indivíduos na extrema pobreza, enquanto no grupo de 15 a 17 anos havia 9 jovens nessa situação. Foram registradas pessoas com mais de 65 anos na extrema pobreza. 47,6% dos extremamente pobres do município têm de zero a 17 anos. Observe a tabela e gráfico a seguir:

Tabela 1 – População em situação de extrema pobreza por faixa etária, 2010

Idade	Quantidade
0 a 3	18
4 a 5	23
6 a 14	57
15 a 17	9
18 a 39	80
40 a 59	37
65 ou mais	
Total	224

Fonte: MDS-SAGI

Gráfico 4 – Distribuição da população pobre por faixa etária/2020



Fonte: MDS-SAGI

SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAL

A Secretaria Municipal de Assistência Social tem como objetivo garantir o atendimento às necessidades básicas dos segmentos populacionais vulnerabilizados pela pobreza e exclusão social e violações de direitos com os serviços da proteção social básica e especial, conta com 36 funcionários sendo estes do quadro efetivo, contratados, comissionados e estagiários. Diversas ações são desenvolvidas ao longo do ano, através dos equipamentos públicos, CRAS com os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes e ao Idoso e CREAS, que, por sua vez funcionam 40 horas semanais, bem como em sistema de plantão social.

Quadro 17 – Recursos Humanos

ORDEM	NOME DO FUNCIONÁRIO	SETOR	VÍNCULO EMPREGATÍCIO	NÍVEL DE ESCOLARIDADE
1	Ana Carolina Valentim da Silva	PCF	Estagiária	Ensino Superior Incompleto –Administração
2	Carlos Alberto da Silva	CREAS	Emprego Público	Ensino Superior Completo – Direito
3	Carlos Alexandre Barbosa	Órgão Gestor	Comissionado	Ensino Médio Completo – Motorista
4	Cristiane Aparecida da Silva	SCFV	Estatutário	Ensino Superior Incompleto – Pedagogia
5	Edileuza Alves da Silva	APMIF	Estatutária	Ensino Médio Completo
6	Edinéia Ap. M. Gonçalves	CREAS	Estatutária	Ensino Superior Completo – Pedagogia
7	Evelyne Pereira Prazeres	CREAS	PSS	Ensino Superior Completo – Pedagogia
8	Fabio Saraiva Pinto	SCFV Idoso	Contrato	Ensino Médio Completo
9	Gerson Cosme da Silva	Órgão Gestor	Estatutário	Ensino Fundamental Incompleto
10	Geseneide Fabiana de Farias	CadÚnico	Estatutário	Ensino Superior Completo – Serviço Social
11	Getulio Batista Pereira	Órgão Gestor	Comissionado	Ensino Médio Completo – Secretário M. Assistência Social

12	Gislaine Lima Matias	SCFV/LSF	Estatutário	Ensino Superior Incompleto – Pedagogia
13	Helen Stelmak Andrade	CRAS	MEI	Ensino Superior Completo – Pedagogia
14	Ivete Kniss	CadÚnico	Comissionada	Ensino Superior Incompleto – Serviço Social
15	Juraci de Souza	Órgão Gestor	Estatutário	Ensino Médio Completo
16	Lara Guimarães	SCFV Idoso	Estagiária – Jovem Aprendiz	Ensino Médio Incompleto
17	Lorena Leal Dalvanso	PCF	Estagiária	Ensino Superior Incompleto – Psicologia
18	Mª Gislaine Martins Alves	SCFV	Emprego Público	Ensino Superior Completo – Pedagogia
19	Maria Fernanda R. da Silva	PCF	MEI	Ensino Superior Incompleto – Psicologia
20	Maria Inês M. Hirukana	CRAS	Emprego Público	Ensino Superior Completo – Serviço Social
21	Maria Irenice Prado Dotto	CRAS	Emprego Público	Ensino Superior Completo – Psicologia
22	Maria Vitória S. Santos	Órgão Gestor	Estagiária	Ensino Superior Incompleto – Direito
23	Marileuza Carnezi	Órgão Gestor	Estatutário	Ensino Médio Completo
24	Marina Marques Pinto	SCFV Idoso	Estatutária	Ensino Médio Completo
25	Milena Renata	SCFV Idoso	MEI	Ensino Superior Incompleto – Terapia Ocupacional
26	Miriã N. Martinello	SCFV LSF	Estagiária	Ensino Superior Incompleto – Direito
27	Nicoly Adriany da S. Alves	CRAS	Estagiária	Ensino Médio
28	Patrícia Mendes dos Santos Daniel	CRAS	MEI	Ensino Superior Completo – Serviço Social
29	Pedro José Moro	CREAS	Estatutário	Ensino Superior Completo – Psicologia

30	Rafaela Andressa Naressi Tristão	PCF	MEI	Ensino Superior Incompleto – Psicologia
31	Regina Ribeiro	CRAS	Estatutária	Ensino Médio Completo
32	Robert Willian Pavan	Órgão Gestor	Estatutário	Ensino Superior Completo – Administração
33	Silvana G. Camilo Silva	CRAS	Estatutário	Ensino Superior Completo – Psicologia
34	Sonia Regina Bogo	SCFV LSF	PSS	Ensino Superior Completo – Letras
35	Tatiane de Paula Leal	CREAS	Emprego Público	Ensino Superior Completo – Serviço Social
36	Thalita Kelly P. de Souza	PCF	Estagiária	Ensino Superior Incompleto – Letras
37	Vilma Soares dos Santos	SCFV LSF	MEI	Ensino Médio Completo
38	Yasmim Araujo	SCFV Idoso	Estagiária – Jovem Aprendiz	Ensino Médio Incompleto

Fonte: CADSUAS/2025

CRAS - Centro de Referência da Assistência Social

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal descentralizada da política de Assistência Social, responsável pela organização e oferta dos serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social do município. Atualmente, o CRAS é referência para aproximadamente 2.500 famílias, sendo a principal estrutura física local de proteção social básica e desempenhando papel central no território em que está inserido. Sua função principal é a oferta pública do trabalho social com famílias, por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), além da gestão territorial da rede socioassistencial de proteção social básica.

Entre suas atribuições, destacam-se:

- Ofertar o PAIF e outros serviços, programas e projetos socioassistenciais voltados às famílias, seus membros e indivíduos em situação de vulnerabilidade social;
- Articular e fortalecer a rede local de Proteção Social Básica;
- Prevenir situações de risco social, fortalecendo vínculos familiares e comunitários e contribuindo para a garantia de direitos.

A equipe do CRAS é composta por 1 coordenador, 1 psicólogo, 1 assistente social, 1 profissional de nível médio e 2 profissionais de nível superior, que atuam de forma integrada no atendimento às famílias e na execução das ações socioassistenciais no território.

PROGRAMAS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA — CRAS

- Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF;
- Grupo com os Beneficiários do Programa Bolsa Família;
- Grupo trabalhos artesanais;
- Grupo Programa Família Paranaense – famílias cadastradas
- Serviço de Convivência Fortalecimento de Vínculos – Criança e Adolescente de 0 a 16 anos – local Lar Sagrada Família – atendimento diário;
- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – Idoso – Centro de convivência do Idoso;
- Oficina da Memória;
- Grupo de Gestantes;
- Programa Criança Feliz.

Quadro 18 – Ações desenvolvidas pelo CRAS

MODALIDADE DE ATENDIMENTO/ SERVIÇOS	NÚMERO DE ATENDIMENTOS		TIPO DE SERVIÇO	
	INDIVÍDUOS	FAMILIAS	PROPRIO	CONVENIADO
Atendimentos realizados CRAS	2.500	2.000	x	-
Crianças e Adolescentes de 06 a 15 anos	390	300	x	-

SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS	Adolescentes de 15 a 17 anos	-	-	X	-
	Pessoas com Deficiência	30	-	X	-
	Idosos (as)	522	522	X	-
BENEFICIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA-BPC	Idosos (as)	30	-	-	-
	Pessoas com Deficiência	25	-	-	-
PROGRAMA CRIANÇA FELIZ		62	-	X	-
GRUPO TRABALHOS ARTESANAIS		108	108	-	-
GRUPO OFICINA DA MEMÓRIA		300	300	-	-
GRUPOS DE REFLEXÃO (PFB)		120	20	-	-
GRUPOS DE REFLEXÃO PAIF		120	20	-	-
GRUPO PROGRAMA NOSSA GENTE PARANÁ		79	79	-	-

Fonte: Atendimentos realizados pelo CRAS -1º semestre/2025.

Quadro 19 – Execução de Benefícios Eventuais

	TIPO DE BENEFICIO	Nº DE ATENDIMENTOS		TIPO DE SERVIÇO	
		INDIVÍDUOS	FAMILIAS	PRÓPRIO	CONVÊNIO
Benefícios Eventuais	Cestas Básicas	786	500	X	-
	Cestas Verdes	1000	750	X	-
	Cartão Comida Boa	29	29	-	-
	Auxilio Passagem	20	-	X	-
	Auxilio Gás	120	-	X	-
	Auxilio Fotografia	-	-	X	-
	Auxilio documentação	60	-	X	-
	Auxilio Funeral	23	-	X	-
	Auxilio Natalidade	50	-	X	-
	Outros	-	-	X	-
	Encaminhamentos para				

Outros Serviços	BPC	90	-	-	-
	Encaminhamentos atualização cadastral no CADUNICO	300	-	-	-
	Visitas Domiciliares	415	415	X	

Fonte: Atendimentos realizados pelo CRAS -1º semestre/2025.

Benefícios de Garantia da Segurança Alimentar e Nutricional

No contexto da Assistência Social, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) desempenha papel fundamental na execução de ações voltadas à garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), articulando programas, serviços e benefícios que asseguram às famílias o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade. Entre os principais instrumentos de fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional no município destacam-se: a Cesta Básica, a Cesta Verde e o Cartão Comida Boa, que em conjunto promovem a ampliação do acesso à alimentação, o incentivo à produção local e o fortalecimento da autonomia das famílias em situação de vulnerabilidade social.

- **Cesta Básica**

A Cesta Básica de Alimentos é reconhecida nacionalmente como um conjunto de produtos essenciais destinado a garantir o direito humano à alimentação adequada e saudável, contribuindo para a manutenção da saúde e do bem-estar das famílias. Sua regulamentação foi atualizada pelo Decreto nº 11.936/2024, que dispõe sobre a composição da cesta básica no âmbito da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e da Política Nacional de Abastecimento Alimentar.

No âmbito municipal, a Cesta Básica distribuída pelo CRAS é um instrumento essencial para garantir o acesso imediato a alimentos de primeira necessidade, especialmente em situações de vulnerabilidade social emergencial ou permanente. Essa ação contribui diretamente para a proteção social básica e para a efetivação do direito à alimentação adequada, conforme preconizado pelo SUAS.



- **Cesta Verde**

A Cesta Verde é uma iniciativa voltada à complementação da alimentação das famílias em situação de vulnerabilidade, por meio da entrega regular de alimentos frescos, como verduras, legumes e frutas. Esses alimentos são adquiridos, preferencialmente, junto à agricultura familiar e cooperativas locais, promovendo não apenas o acesso a alimentos saudáveis, mas também o fortalecimento da produção regional e da economia solidária.

Essa ação reforça a promoção da alimentação adequada e saudável, conforme os princípios da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, estimulando o consumo de produtos frescos e naturais. No município, a Cesta Verde é entregue quinzenalmente às famílias acompanhadas pelo CRAS, com produtos provenientes de cooperativas.

Além de garantir o reforço nutricional, essa iniciativa fomenta a valorização dos alimentos locais e a aproximação entre produtores e consumidores, fortalecendo vínculos comunitários e promovendo práticas alimentares sustentáveis.



- **Cartão Comida Boa**

O Cartão Comida Boa é um programa do Governo do Estado do Paraná, instituído como benefício de transferência de renda estadual, com o objetivo de contribuir para a segurança alimentar e socioassistencial das famílias em situação de vulnerabilidade econômica. O benefício é concedido por meio de um crédito mensal de R\$ 80,00, disponibilizado em cartão alimentação para uso em supermercados, mercados, mercearias e estabelecimentos credenciados, conforme regulamentação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família (SEDEFIS).

As famílias beneficiárias são aquelas inscritas no Cadastro Único (CadÚnico), com renda familiar per capita de até R\$ 218,00, sendo as listas de beneficiários revisadas periodicamente, a cada 90 dias. O CRAS é responsável por receber e distribuir os cartões, orientar as famílias sobre seu uso e acompanhar a execução do programa no território.

O Cartão Comida Boa possibilita que as famílias escolham os alimentos de acordo com suas preferências e necessidades, promovendo o exercício da autonomia alimentar e incentivando o consumo no comércio local. Dessa forma, além de garantir o acesso à alimentação adequada, o programa também estimula a economia municipal e fortalece o vínculo das políticas públicas com o território.



CADUNICO

O Cadastro Único para Programas Sociais ou CadÚnico é um instrumento de coleta de dados e informações que objetiva identificar todas as famílias de baixa renda existentes no país/estado/município para fins de inclusão em programas de assistência social e redistribuição de renda. (Dentre os programas: Bolsa Família, Tarifa Social de água e luz, Carteirinha do Idoso entre outros...) Secretaria Municipal de Assistência Social, funcionamento 40 horas semanais, atendimento por 01 assistente social e 01 comissionada.

Quadro 20 – Base de dados do Cadastro Único

MODALIDADE DE ATENDIMENTO CADUNICO	NÚMERO DE ATENDIMENTOS
Famílias inseridas no CADUNICO	1.466
Famílias com cadastro atualizado nos últimos 2 anos	1.016
Famílias com renda per capita até ½ salário mínimo	739
Famílias com renda per capita até ½ salário mínimo com cadastro atualizado	608
Famílias beneficiárias do Programa Auxílio Brasil	351

FONTE: Base de dados do CADUNICO referente ao outubro de 2025.

Vale ressaltar que atualmente o PBF, beneficia de forma direta 1.204, pessoas pelo Programa. Além disso, o numero de pessoas beneficiadas do PBF, equivalia aproximadamente a 9% da população total do município, que sem o programa estariam em condição de extrema pobreza.

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

O CREAS é um equipamento público, encontra-se compartilhado na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, são oferecidos serviços por uma equipe de acordo com a RH/SUAS, assim composta: 01 coordenador pedagogo, 01 assistente social, 01 psicólogo, 01 advogado e 01 pedagogo (educador social) onde cujo objetivo é de acolher, orientar, e acompanhar famílias e indivíduos em situação de violação de direitos, fortalecendo e reconstruindo os vínculos familiares e comunitários.

Projetos e serviços desenvolvidos no CREAS:

- Serviço de Proteção e Especializado à Família e Indivíduos – PAEFI;
- Grupo com mulheres vítima violência doméstica;
- Grupo com homem autores de violência contra a mulher;
- Grupo com adolescentes em cumprimento de medidas sócio educativas;
- Grupo com familiares de adolescentes em cumprimento de medidas sócio educativas.

Quadro 21 – Ações executadas pelo CREAS - Proteção Social Especial – Média Complexidade

MODALIDADE DE ATENDIMENTO SERVIÇOS	Nº ATENDIMENTOS		TIPO DE SERVIÇO	
	INDIVÍDUOS	FAMÍLIAS	PRÓPRIO	CONVENIO
Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos – PAEFI	59	40	X	
Atendimento de Prestação de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade	05	05	X	
Atendimento de Proteção Especial para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias	07	05	X	
Atendimento Especializado para Pessoas em Situação de Rua	03	00	X	

Atendimento à Mulher Vítima de Violência	04	00	X	
Crianças e Adolescentes vítimas de violências (abuso sexual, violência física, violência psicológica, abandono, negligencia e maus tratos)	14	00	X	
Campanhas anual de prevenção: Abuso e exploração sexual, Drogas, Violência Contra a Mulher e Idoso, prevenção Gravidez na adolescência.	02	-	X	

FONTE:– Atendimentos realizados pelo CREAS – 1º semestre/2025

Conforme demonstra o quadro acima destacamos os serviços prestados a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, com violação de direitos, como: violência física, psicológica e negligência; violência sexual; afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida de proteção; situação de rua; abandono; cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade por adolescentes, entre outras. Sendo que o foco da proteção social especial também é desenvolver também as campanhas prevenção a todos os tipos de violação de direitos.

CONTROLE SOCIAL

A Resolução CNAS nº 237/2006 define o controle social como o exercício democrático de acompanhamento da gestão e avaliação da Política de Assistência Social, do Plano Plurianual de Assistência Social e dos recursos financeiros destinados à sua implementação, sendo uma das formas de exercício deste controle, zelar pela ampliação e qualidade da rede de serviços socioassistenciais para todos os destinatários da Política.

Instâncias de controle vinculadas à área da Assistência Social municipal

Conforme já exposto, os conselhos gestores de políticas públicas são canais efetivos de participação, que permitem estabelecer uma sociedade na qual a cidadania deixe de ser apenas um direito, mas uma realidade.

A importância dos conselhos está no seu papel de fortalecimento da participação democrática da população na formulação e implementação de políticas públicas.

Sendo assim, a Secretaria Municipal de Assistência Social apóia e fomenta a criação de conselhos específicos para cada política pública, como forma de empoderamento de todos os seguimentos sociais. Além do Conselho Municipal de Assistência Social, encontram-se hoje ligados a esta Secretaria os seguintes conselhos:

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

Criado pela Lei nº 2.183/2015, com 24 (vinte e quatro) membros, considerando 12 (dez) titulares e suplentes 12 (dez) representantes governamentais e 05 (cinco) representantes da sociedade civil, nomeados pelo Decreto nº 21/2015 de 28/01/2015.

Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI

Criado pela Lei nº 2.247/2012 de 25 de outubro de 2016, com 20 (vinte) membros, considerando 10 (dez) titulares e suplentes 10 (dez) representantes governamentais e 05 (cinco) representantes da sociedade civil, nomeados pelo Decreto nº 192/2016.

Conselho Tutelar

O Conselho tutelar está vinculado a Secretaria Municipal de Assistência Social, representa um importante órgão em caso de denúncia ou suspeita da violação dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes.

O Conselho Tutelar aciona os demais componentes da rede de proteção às crianças e adolescentes sempre que necessário e deve também viabilizar ações de promoção da infância, prevenindo ou amenizando as vulnerabilidades e os fatores de risco quanto à violação dos direitos.

Acolhimento Institucional

Serviço de Acolhimento Institucional - Casa Lar Família Feliz — Capacidade de atendimento a 12 crianças e adolescentes — atualmente 10 crianças e adolescentes acolhidos.

Serviço de acolhimento Institucional ao Idoso através de convênio com o município de Tapira e São Carlos do Ivaí: Total de 02 idosos acolhidos.

Entidades Socioassistenciais

Atualmente o município possui 05 entidades socioassistenciais que se encontram inscritas e cadastradas no Conselho Municipal de Assistência Social e Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e do Adolescentes sendo estas: APAE — Escola Especial Ana Nery, APMI- Associação de Proteção a Maternidade e a Infância, LIONS CLUB — Clube de Serviços e Casa Lar Família Feliz.

2.8 Aspectos Habitacionais

Em relação a município de Cidade Gaúcha, em 2010 havia um total de 3.389 domicílios particulares permanentes.

Destes 84% se localizava na zona urbana, enquanto 542 (15,99%) se localizam na zona rural do município. Além disso, o município possui áreas irregulares, tanto na área rural quanto na área urbana nesta situação.

O IBGE, classifica suas condições sendo 662 alugados, 464 cedidos, 2.258 próprios e 5 em outras condições ilustram a tabela a seguir.

Quadro 22 – Número de domicílios permanentes em 2010

Domicílios Particulares Permanentes - 2010		
Condição de ocupação	Número	Percentual (%)
Alugado	662	19,53
Cedido	464	13,69
Próprio	2.258	66,62
Outra Condição	5	0,14
TOTAL	3.389	100

Fonte: IBGE – 2010 -Plano Diretor do município de Cidade Gaúcha-PR

A projeção populacional municipal apontou como crescente, o que expressa que o município terá demanda futura por habitação. Desta forma, serão necessários investimentos no setor habitacional, principalmente com programas de habitação social, segundo PLHIS – Plano Local de Habitação de Interesse Social/2021, o que indica o alto índice de famílias de baixa renda com déficit habitacional.

No momento não há uma política pública municipal para o setor, o qual se pauta pelo PLHIS.

Em relação aos alugueis de valores mais elevados se concentram no centro da cidade e bairro Imperial. Os mais acessíveis concentram-se nas áreas periféricas do município, como o bairro Palmital, Conjunto Aeroporto, Conjunto João de Barro, Conjunto Vitória, dentre outros.

2.9 Aspectos Ambientais

Quadro 23 – Número de consumidores de energia elétrica, 2020 a 2024.

CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA, SEGUNDO CLASSES					
INFORMAÇÃO	2020	2021	2022	2023	2024
Residencial	3.907	3.967	4.004	4.037	4.136
Industrial	161	155	147	146	146
Comercial, Serviços e Outras Atividades	322	322	333	321	318
Rural	427	413	412	408	401
Poder Público	70	69	70	71	73
Illuminação Pública	13	9	9	10	11
Serviço Público	12	12	12	12	12
Consumo Próprio	2	2	2	2	2
TOTAL	4.914	4.949	4.989	5.007	5.099

Fonte: IPARDES

Entre 2020 e 2024, o município apresentou crescimento no número total de consumidores de energia elétrica, passando de 4.914 para 5.099 unidades, o que representa um aumento de aproximadamente 3,8%. A classe residencial concentra a maior parte dos consumidores, correspondendo a cerca de 81% do total em 2024, evidenciando o caráter predominantemente doméstico do consumo. O setor rural representa 7,9%, apresentando leve redução em relação a 2020, enquanto o

comercial e de serviços mantém estabilidade, com cerca de 6,2% dos consumidores. As demais classes, ou seja, industrial, poder público, iluminação e serviço público, somam cerca de 4,9%, com destaque para a queda no consumo industrial ao longo dos anos. Esses dados demonstram um perfil de consumo predominantemente residencial e rural, com baixo peso industrial, refletindo o padrão socioeconômico e o ritmo de crescimento do município.

Quadro 23 – Consumo de energia elétrica, 2020 a 2024.

CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA, SEGUNDO CLASSES (Mwh)					
INFORMAÇÃO	2020	2021	2022	2023	2024
Residencial	8.004,370	8.094,350	7.954,630	8.890,645	10.401,138
Industrial	22.938,740	27.352,440	29.939,510	32.579,447	33.856,872
Comercial, Serviços e Outras Atividades	2.627,000	2.680,690	2.745,920	3.120,274	3.356,968
Rural	3.348,420	3.025,610	2.947,700	2.844,389	3.200,105
Poder Público	741,340	824,090	932,540	988,692	1.258,883
Iluminação Pública	1.154,720	1.160,980	1.172,550	1.207,235	1.191,568
Serviço Público	618,810	587,200	607,010	607,329	689,367
Consumo Próprio	38,750	76,650	73,140	72,118	66,172
TOTAL	39.472,150	43.802,000	46.373,000	50.310,129	54.021,073

Fonte: IPARDES

Entre 2020 e 2024, o consumo total de energia elétrica no município aumentou de 39.472,15 MWh para 54.021,07 MWh, um crescimento de 36,8%. O setor industrial é o principal consumidor, representando cerca de 62,7% do total em 2024, seguido pelo residencial (19,3%) e pelo comercial e de serviços (6,2%). O aumento reflete o avanço das atividades econômicas e o crescimento do consumo doméstico e produtivo no município.

Quadro 24 – Abastecimento de água segundo as categorias, 2019 a 2023.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA, SEGUNDO CATEGORIAS					
CATEGORIAS	2019	2020	2021	2022	2023
Ligações – Total	4.164	4.251	4.330	4.382	4.345
Unidades Atendidas - Total	4.382	4.470	4.566	4.617	4.570
Unidades Atendidas - Residenciais	4.011	4.077	4.178	4.178	4.137

FONTE: IPARDES

Entre 2019 e 2023, observou-se crescimento nas ligações e unidades atendidas de abastecimento de água no município, passando de 4.164 para 4.345 ligações e de 4.382 para 4.570 unidades atendidas. A categoria residencial representa a maior parcela, com cerca de 90% do total em 2023, evidenciando a predominância do uso doméstico. Os dados indicam ampliação do acesso e regularidade nos serviços de abastecimento, acompanhando o crescimento urbano local.

Atendimento de esgoto

Nas áreas rurais do município grande parte da população conta com o abastecimento de água através de poços artesianos, e sabe-se de poucos domicílios rurais que disponibilizam bombas d'água.

Quadro 25 – Atendimento de esgoto segundo as categorias, 2019 a 2023.

ATENDIMENTO DE ESGOTO, SEGUNDO CATEGORIAS					
CATEGORIAS	2019	2020	2021	2022	2023
Ligações – Total	3.876	4.025	4.109	4.178	4.146
Unidades Atendidas - Total	4.079	4.228	4.328	4.397	4.356
Unidades Atendidas - Residenciais	3.741	3.874	3.939	3.997	3.958

FONTE: IPARDES

Entre 2019 e 2023, o município apresentou ampliação no atendimento de esgotamento sanitário, com o total de ligações passando de 3.876 para 4.146 e as unidades atendidas de 4.079 para 4.356. A categoria residencial corresponde à maior parte dos atendimentos, cerca de 91% do total em 2023, demonstrando ampla cobertura domiciliar e melhoria gradual na infraestrutura de saneamento básico.

Taxa de cobertura do serviço de coleta de resíduos

O município conta com 100% da área urbana com a coleta seletiva de lixo, e 91,5% dos domicílios contam com a rede de esgoto, e 8,5 °A conta com fossa séptica.

O sistema de armazenamento de lixo orgânico é feito através de aterro sanitário, e quanto ao lixo reciclável, é feita a separação em espaço próprio.

A coleta de lixo orgânico é realizada através da Associação dos Catadores de Lixo, a coleta de lixo reciclável e a separação também é realizada pela associação.

Já o sistema de esgoto sanitário nas áreas rurais é feito por meio de fossa séptica.

Forma de coleta de resíduos sólidos urbanos

A área urbana tem cobertura total da SANEPAR, o que garante 100% de água tratada e de qualidade, a todos os moradores do município, hoje contamos também com aproximadamente 91,5% de cobertura de rede de esgoto, e 8,5% dos domicílios ainda utilizam fossa séptica.

Sendo que está em fase de projeto a implantação da cobertura de 100% de toda área urbana com este serviço, o que garante a todos os moradores condições favoráveis de saúde, e um relevante índice de diminuição de impactos ambientais.

Nas áreas rurais do município grande parte da população conta com o abastecimento de água através de poços artesianos, e sabe-se de poucos domicílios rurais que disponibilizam bombas d'água. Já o sistema de esgoto sanitário nas áreas rurais é feito por meio de fossa séptica. Disponibilizam de bomba d'água. Já o sistema de esgoto sanitário nas áreas rurais é feito por meio de fossa séptica.

Os dados do município garantem que todos os moradores tenham o acesso a água de qualidade, e condições favoráveis de saúde e segurança alimentar e nutricional ao que condiz ao consumo de água.

3.0 Agrícola e Pecuária

O município está em constante crescimento em relação a sua produção agrícola, hoje há um aumento muito grande nos cultivos de Mandioca, Milho, Soja, Fruticultura, Olericultura e Pecuária de Corte e Leite.

Cerca de 60% dos pequenos e médios produtores estão organizados por meio de Associação, com ajuda de custo da prefeitura para combustível.

Houve um aumento significante quanto ao número de agricultores familiares, devido aos programas do governo como PNAE e PAA Direta, que compra a produção de um número considerável de agricultores familiares e mercados do município, tendo hoje o número de 29 produtores familiares.

Médios e Grandes produtores estão investindo muito na cultura da mandioca, milho e soja e granjas de frango.

O município hoje está recebendo também produtores de outras regiões que estão investindo na mandioca, milho e soja.

Quadro 26 – Quantidade produzida, segundo culturas permanentes– 2020 a 2024.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA – QUANTIDADE PRODUZIDA, SEGUNDO CULTURAS PERMANENTES					
CULTURAS	2020	2021	2022	2023	2024
Arroz (em casca) (t)	672	722	725	706	1.088
Cana de açúcar (t)	609.490	561.401	569.420	580.104	310.400
Mandioca (t)	70.280	67.954	67.179	67.483	67.583
Melancia (t)	20	22	25	26	-
Milho (em grão) (t)	2.125	1.904	2.499	2.334	1.912
Soja (em grão) (t)	4.500	2.134	970	2.457	4.442

Fonte: IPARDES

Entre 2020 e 2024, o município apresentou oscilações na produção agrícola. A cana-de-açúcar manteve-se como principal cultura, apesar da redução em 2024, enquanto a mandioca permaneceu estável, com cerca de 67 mil toneladas anuais. O arroz teve aumento expressivo e as culturas de soja e milho variaram conforme fatores climáticos e de mercado.

Quadro 27 – Quantidade produzida, segundo culturas permanentes– 2020 a 2024.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA – QUANTIDADE PRODUZIDA, SEGUNDO CULTURAS PERMANENTES					
CULTURAS	2020	2021	2022	2023	2024
Banana (cacho) (t)	25	25	25	25	25

Café (em grão) (t)	28	29	25	29	27
Coco-da-baía (mil frutos)	18	32	32	32	30
Laranja (t)	7.416	7.485	7.439	7.424	2.108
Maracujá (t)	12	12	13	14	-
Uva (t)	24	17	17	17	17

Fonte: IPARDES

Entre 2020 e 2024, as culturas permanentes do município mantiveram produção estável, com destaque para a laranja, principal cultivo da categoria, apesar da queda em 2024. As produções de banana, café, coco-da-baía, maracujá e uva apresentaram pouca variação no período, refletindo a manutenção da atividade agrícola em pequena escala e voltada ao consumo local.

Quadro 28 – Efetivo de pecuária e aves – 2020 a 2024.

EFETIVOS DE PECUÁRIA E AVES					
EFETIVOS	2020	2021	2022	2023	2024
Rebanho de Bovinos	30.819	29.287	29.277	36.096	37.235
Rebanho de Equinos	511	479	490	445	436
Galináceos – Total	245.000	275.000	975.000	850.000	1.000.000
Galinhas	1.325	1.075	1.100	1.050	57.716
Rebanho de Ovinos	1.186	1.177	953	894	972
Rebanho de Suínos - Total	828	766	650	550	235
Matrizes de Suínos	85	75	65	55	25
Rebanho de Bubalinos	-	-	-	5	5
Rebanho de Caprinos	22	18	15	13	10
Rebanho de Vacas Ordenhadas	1.175	1.250	1.275	1.400	705

Entre 2020 e 2024, o município apresentou crescimento no rebanho bovino, passando de 30.819 para 37.235 cabeças, consolidando-se como a principal atividade pecuária local. O plantel de galináceos também aumentou expressivamente, atingindo 1 milhão de aves em 2024. Já os rebanhos de suínos, ovinos e equinos apresentaram redução no período, enquanto o número de vacas ordenhadas caiu pela metade em 2024. Esses dados indicam forte presença da bovinocultura e avicultura como bases da produção animal do município.

Quadro 29 – Produção de origem animal – 2020 a 2024.

PRODUÇÃO DE ORIGEM ANIMAL – QUANTIDADE PRODUZIDA, SEGUNDO PRODUTOS					
CULTURAS	2020	2021	2022	2023	2024
Casulos do Bicho-da-seda (kg)	3.538	2.322	2.337	3.146	3.671
Leite (mil l)	3.000	3.200	3.250	3.500	1.950
Mel de abelha (kg)	700	800	850	800	1.200
Ovos de Galinha (mil dz)	4	7	7	7	91

Fonte: IPARDES

Entre 2020 e 2024, o setor agropecuário de Cidade Gaúcha passou por importantes movimentos de fortalecimento, especialmente no âmbito da agricultura familiar. Embora os dados produtivos quantitativos específicos não estejam integralmente divulgados em fontes públicas recentes, observa-se que o município mantém uma base produtiva diversificada, envolvendo lavouras, fruticultura, olericultura e diferentes cadeias de criação animal.

Nos últimos anos, iniciativas estaduais e municipais reforçaram o apoio aos pequenos produtores. Um marco relevante foi a inauguração, em dezembro de 2024, da Cozinha-Escola de Agricultura Familiar, voltada à capacitação e valorização dos agricultores locais, oferecendo suporte para o processamento de alimentos e para a inserção no mercado institucional. A ação envolve parceria com organizações locais e regionais, como a Cooanorte, contribuindo para ampliar oportunidades de comercialização.

O município também mantém participação ativa no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA-Federal), por meio de editais de convocação direcionados aos agricultores familiares, garantindo canal de compra institucional e fortalecendo a geração de renda. Além disso, políticas públicas relacionadas à assistência técnica e extensão rural seguem presentes, com apoio da administração municipal e parceria com instituições como o IDR-Paraná. Entre as ações recorrentes estão o incentivo à organização de produtores, o apoio a associações rurais e o fornecimento de translado para participação em cursos e capacitações em municípios vizinhos.

A vocação agrícola de Cidade Gaúcha permanece evidente na variedade de culturas produzidas:

Lavouras – amendoim, arroz irrigado, café (adensado e convencional), cana-de-açúcar, feijão, mandioca, milho (safra normal e safrinha) e soja.

Fruticultura – banana, coco, laranja, maracujá, melancia, morango e uva comum de mesa.

Olericultura – abobrinha, alface, beterraba, brócolis, cebolinha, cenoura, couve, pepino, quiabo, repolho e salsa.

Criações – bovinocultura de corte e leite, caprinocultura, ovinocultura e suinocultura.

No município, a Agricultura Familiar desempenha papel central na economia rural, sendo apoiada por programas estaduais e federais como PRONAF, mercados institucionais e iniciativas de capacitação técnica promovidas em parceria com o Estado. A assistência técnica também é reforçada pelos serviços de extensão rural, que prestam orientações relacionadas ao manejo agrícola, segurança, práticas sustentáveis e organização produtiva.

Historicamente, o município contava com uma feira comunitária destinada à comercialização de produtos da Agricultura Familiar. Entretanto, em 2025, a feira ainda não havia retornado às atividades, interrompendo temporariamente a participação direta dos produtores locais nesse canal de venda.

Por fim, destaca-se que o município mantém sua atuação alinhada às políticas públicas de apoio ao meio rural, com enfoque na assistência técnica, fortalecimento da agricultura familiar, segurança alimentar e valorização das atividades produtivas locais.



PARTE III



3. PLANO DE AÇÃO DO PLAMSSAN

3.1 DESAFIO 1 – Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Subtema	Ações-Relacionadas	Período	Órgão Responsável
Programa Bolsa Família	01 - Manter a taxa de acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família em 91% nas áreas de saúde e educação, por meio do traçado de estratégias que garantam a continuidade do acompanhamento.	2026 – 2029	Saúde e Educação
Distribuição de Alimentos	02- Executar ações voltadas ao Direito Humano à Alimentação Adequada, ampliando o acompanhamento nutricional das crianças beneficiárias do Programa Leite das Crianças, de modo a manter 90% de acompanhamento nutricional.	2026 – 2029	Saúde
Distribuição de Alimentos	03- Executar ações voltadas ao Direito Humano à Alimentação Adequada, garantindo a continuidade do atendimento do benefício eventual (cesta básica) às famílias em situação de vulnerabilidade social, conforme a demanda apresentada.	2026 – 2029	Assistência Social
Alimentação Escolar	04- Instituir Lei Municipal para a implantação do Programa de Horta Comunitária, com incentivos financeiros e parcerias com outras entidades, estimulando a agricultura familiar e o acesso da população a alimentos saudáveis e de baixo custo, conforme proposta da Conferência de 2015. Lei criada em 2021.	2026 – 2029	Agricultura
Alimentação Escolar	05- Assegurar aos alunos da rede municipal de ensino programas que fortalecem a alimentação escolar, dando continuidade à qualidade e diversidade diária oferecida, contribuindo para o crescimento, desenvolvimento, aprendizagem, rendimento escolar e formação de práticas alimentares saudáveis, monitorando o número de alunos atendidos por ano.	2026 – 2029	Educação

3.2 DESAFIO 2 - Combatir a Insegurança Alimentar e Nutricional e promover a inclusão produtiva rural em grupos populacionais específicos, com ênfase em Povos e Comunidades Tradicionais e outros grupos sociais vulneráveis no meio rural.

Subtema	Ações-Relacionadas	Período	Órgão Responsável
Insegurança Alimentar e Nutricional	06 - Consolidar o sistema municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, promovendo projeto de Cozinha Comunitária para produção de alimentos por produtores aderidos ao PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), com incentivo financeiro para construção e equipagem da cozinha, conforme proposta da Conferência de 2015.	2026 – 2029	

3.3. DESAFIO 3 - Promover a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, a estruturação da agricultura familiar e o fortalecimento de sistemas de produção de base agroecológica.

Subtema	Ações-Relacionadas	Período	Órgão Responsável
Fortalecimentos da Agricultura Familiar	07- Prestar ATER qualificada voltada para a produção e diversidade, valorizando os pequenos produtores da agricultura familiar; ação já em andamento, mantida para continuidade.	2026 – 2029	Agricultura
Fortalecimento da Agricultura Familiar	08- Prestar ATER qualificada para a produção, realizando ações junto às famílias dos produtores da agricultura familiar para que permaneçam na zona rural, monitorando o número de ações realizadas até o final do PLAMsan.	2026 – 2029	Agricultura
Transição Agroecológica	09- Reduzir a utilização de agrotóxicos e outras substâncias nocivas à saúde humana e ao meio ambiente, realizando a transferência de tecnologia por meio de assistência técnica, monitorando o número de produtores atendidos até o final do PLAMsan.	2026 – 2029	Agricultura
Mulheres e Juventude	10- Criar políticas públicas e programas de incentivo e inclusão da mulher e do jovem na produção agrícola e no cooperativismo, divulgando e facilitando o acesso ao Programa PRONAF Mulher e Jovem, monitorando o número de ações realizadas por ano.	2026 – 2029	Agricultura
Mulheres e Juventude	11- Assegurar o direito à licença-maternidade de 6 meses para todas as gestantes em qualquer local de trabalho, garantindo a possibilidade de amamentação exclusiva por 6 meses.	2026-2029	CMDM
Juventude	12- Criar políticas públicas e programas de incentivo e inclusão da mulher e do jovem na produção agrícola, realizando cursos e/ou palestras para o fortalecimento dos jovens no campo, monitorando o número de jovens atendidos até o final do PLAMsan.	2026 – 2029	Agricultura
Legislação Sanitária	13- Coordenar e supervisionar produtos, oferecendo palestras para pequenos produtores e incentivando boas práticas de empreendedorismo rural, monitorando o número de ações realizadas por ano.	2026 – 2029	Agricultura
Legislação Sanitária	14- Destinar recursos à Vigilância Sanitária para promover cursos de boas práticas de manipulação de alimentos para restaurantes, lanchonetes e padarias		

Mudanças Climáticas	15 - Promover a utilização racional dos recursos naturais e a preservação da agrobiodiversidade, mantendo matas ciliares, cuidando das florestas nativas e criando projeto para execução até 2020, monitorando o número de ações realizadas por ano.	2026 - 2029	Agricultura
----------------------------	--	-------------	-------------

3.4 DESAFIO 4 - Promover o abastecimento e o acesso regular e permanente da população brasileira à alimentação adequada e saudável.

Subtema	Ações-Relacionadas	Período	Órgão Responsável
Compras Públicas	16- Ampliar a aquisição de produtos da agricultura familiar, valorizando os pequenos produtores, monitorando o número de equipamentos adquiridos até o final do Plano.	2026 - 2029	Agricultura
Organização de feiras	17- Ampliar e melhorar a capacidade dos produtores e do espaço da feira, incentivando a feira livre municipal e promovendo seu retorno, monitorando o número de ações realizadas até o final do PLAMSAN.	2026 – 2029	Agricultura

3.5 DESAFIO 5 - Promover e proteger a Alimentação Adequada e Saudável da População Brasileira, com estratégias de educação alimentar e nutricional e medidas regulatórias.

Subtema	Ações-Relacionadas	Período	Órgão Responsável
Promoção da Alimentação Saudável	18- Incentivar a alimentação saudável aos grupos de gestantes, idosos, diabéticos e hipertensos, realizando cursos, palestras e orientações para os profissionais da saúde, assistência e educação, monitorando o número de ações realizadas por ano.	2026 – 2029	Saúde
Organização de feiras	19- Incentivar a alimentação saudável e o aleitamento materno, promovendo o incentivo à amamentação mínima até 2 anos, monitorando o número de ações realizadas por ano.	2026 - 2029	Saúde
Promoção da Alimentação Saudável no Ambiente Escolar	20- Educar profissionais de educação em SAN, realizando ações para a melhoria das condições de trabalho dos servidores, como palestras, cursos, adequação do ambiente de trabalho para prevenção de problemas de saúde, e projetos que envolvem alimentação saudável e atividade física; ação já realizada, mas deve ser mantida e intensificada, monitorando o número de ações realizadas até o final do PLAMSAN.	2026 – 2029	Educação
Promoção da Alimentação Saudável no Ambiente Escolar	21- Desenvolver ações de educação nutricional nas escolas do município, acompanhando a presença do nutricionista nas instituições municipais de ensino e ampliando a carga horária do profissional de nutrição desde 2019, priorizando em todas as esferas.	2026 – 2029	Educação
Promoção da Alimentação Saudável no Ambiente Escolar	22-Orientar a rede estadual de ensino sobre a Lei Federal que regulamenta a comercialização de alimentos industrializados nas escolas.	2026-2029	Educação

3.6 DESAFIO 6 - Controlar e Prevenir os Agravos decorrentes da má alimentação.

Subtema	Ações-Relacionadas	Período	Órgão Responsável
Implementação da Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade,	23 - Deter o crescimento da obesidade na população por meio de ações articuladas no âmbito da CAISAN, instituindo programa de Educação Alimentar para a população, conforme proposta da Conferência de 2015; ação já realizada, deve ser mantida, monitorando 100% dos alunos acompanhados.	2026 – 2029	Saúde
Organização de feiras	24 - Incentivar a alimentação saudável é o aleitamento materno, realizando atividades intersetoriais com Assistência Social, Educação, Esportes e Cultura, visando a prevenção e o controle da obesidade, monitorando o número de ações realizadas por ano (referências: 2018 e 2021).	2026 – 2029	Saúde
Programa Saúde na Escola	25- Incentivar a alimentação saudável e o aleitamento materno, realizando atividades intersetoriais com Assistência Social, Educação, Esportes e Cultura, visando a prevenção e o controle da obesidade, monitorando o número de ações realizadas por ano (referências: 2018 e 2021).	2026 – 2029	Saúde
Regulação de Alimentos	26- Desenvolver ações voltadas à regulação de alimentos, garantindo o cumprimento da Lei que regulamenta a venda de alimentos industrializados em escolas, conforme proposta da Conferência de 2015; ação já efetiva, deve ser mantida, com dois cursos realizados por ano entre 2018 e 2021.	2026 – 2029	CAISAN/Educação
Alimento rastreado	27- Desenvolver ações voltadas à regulação de alimentos, estabelecendo a realização das ações do alimento rastreado para garantir alimentos seguros e saudáveis à população; ação deve ser mantida, com implantação do controle até o final do PLAMSAN, com ênfase na educação.	2026 – 2029	Saúde

3.7 DESAFIO 7 – Ampliar a disponibilidade hídrica e o acesso à água para a população, em especial a população pobre no meio rural.

Subtema	Ações-Relacionadas	Período	Órgão Responsável
Recursos Hídricos	28- Promover a conservação e recuperação de solos, matas ciliares e áreas de nascentes, por meio de ações de isolamento, reflorestamento e preservação em áreas de APP e nascentes; acompanhar o número de ações realizadas e o número de nascentes conservadas ou recuperadas anualmente (2018 a 2021), garantindo a manutenção obrigatória dessas atividades.	2026 - 2029	Agricultura
Recursos Hídricos	29- Conservar e recuperar solos, matas ciliares e áreas de nascentes, promovendo a proteção de fontes, minas e matas ciliares, orientando sobre o uso consciente de poços profundos e aprimorando a assistência técnica; ação já realizada, mas é necessário realizar um novo mapeamento, monitorando o número de ações por ano (2018 a 2021).	2026 – 2029	Agricultura

3.8 DESAFIO 8 – Consolidar a implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), aperfeiçoando a gestão federativa, a intersetorialidade e a participação social.

Subtema	Ações-Relacionadas	Período	Órgão Responsável
Intersetorialidade	30 - Garantir a elaboração do III Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, com a assessoria do CONSEA; ação deve ser mantida, conforme III PLAM/SAN 2025, e cobrar a assessoria, pois em conferência foi apontado que as reuniões não estão sendo realizadas.	2026 - 2029	CAISAN
Recursos Hídricos	31- Conservar e recuperar solos, matas ciliares e áreas de nascentes, fortalecendo e sensibilizando as políticas intersetoriais para a efetivação do SISAN, conforme proposta da Conferência de 2015; fortalecer as propostas e monitorar o número de ações realizadas por ano.	2026 – 2029	CAISAN
Participação Social	32- Resgatar a participação dos cidadãos, ampliando o acesso à informação e o envolvimento da sociedade, consolidando os conselhos municipais para garantir a gestão participativa dos grupos, conforme proposta da Conferência de 2015; realizar ao menos seis ações até o final do Plano e criar um grupo para abordar temas sobre segurança alimentar nas reuniões.	2026 - 2029	CAISAN
Participação Social	33 - Apoiar a realização da III Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, promovendo a participação e o controle social por meio dos conselhos de segurança alimentar e nutricional; ação já realizada conforme determinação do CONSEA Nacional, devendo ser mantido o apoio contínuo.	2026 – 2029	CAISAN
Gestão e financiamento do sistema	34- Estabelecer mecanismos de financiamento para a gestão do SISAN, visando ao fortalecimento de seus componentes CAISAN e CONSEA, garantindo incentivos financeiros municipais e estaduais para a complementação do Programa Compra Direta, com previsão no orçamento anual (PPA, LDO e LOA), conforme proposta da Conferência de 2015; ação vem sendo alcançada, devendo ser mantida.	2026 – 2029	CAISAN

<p>Formação, pesquisa e extensão em SAN e DHAA:</p> <p>35- Promover capacitações de formação continuada qualificada para os conselheiros que compõe o CONSEA e CAISAN, abrangendo também os outros conselhos. (Proposta da conferencia/2015)</p>	<p>2026 – 2029</p>	<p>CAISAN</p>
<p>Monitoramento</p> <p>36- Realizar reuniões intersetoriais entre as câmaras para monitoramento do Plano, com 6 reuniões por ano até o final da vigência do PLAMSAN.</p>	<p>2026 – 2029</p>	<p>CAISAN</p>

3.9 DESAFIO 9 – Apoio a iniciativas de promoção da soberania, segurança alimentar e nutricional, do direito humano à alimentação adequada e de sistemas alimentares democráticos, saudáveis e sustentáveis em âmbito internacional, por meio do diálogo e da cooperação internacional.

Subtema	Ações-Relacionadas	Período	Órgão Responsável
Participação das políticas públicas	37 - Implementar projetos sociais para continuar atendendo pessoas advindas de outros países, garantindo alimentação adequada e saudável, mantendo a ação para atender 100% da demanda em todas as políticas públicas.	2026 - 2029	CAISAN



PARTE IV



4. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLAMsan

As ações propostas do PLAMsan foram projetadas para os quatro anos e deverão ser executadas por diversos setores, os quais deverão colaborar para a efetivação das mesmas realizando o acompanhamento, o monitoramento e avaliação de acordo com foi estabelecido no plano de ação.

A expectativa é que o acompanhamento integral do PLAMsan possibilite avanços concretos nas ações de SAN em toda a população.

Para o acompanhamento, o monitoramento e avaliação é fundamental que as ações previstas no PLAMsan sejam monitoradas sistematicamente, através do levantamento dos indicadores que retratam cada etapa da atividade e, dessa forma, proceder os ajustes que se fizerem necessários, com vistas a otimizar recursos humanos e financeiros e, principalmente, os resultados esperados.

As ações de acompanhamento, deverão ser apresentadas ao CONSEA nas reuniões de avaliação do PLAMsan, para que de fato as estratégias definidas da política SAN ocorram com eficiência.

As ações de acompanhamento, deverão ser apresentadas ao CONSEA nas reuniões de avaliação do PLAMsan, para que de fato as estratégias definidas da política SAN ocorram com eficiência.

Para o acompanhamento do plano a CAISAN deverá viabilizar recursos nos orçamentos públicos de um modo geral, a participação e integração entre os setores que realizam ações em SAN, a articulação intersetorial entre as políticas sociais do município e o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN.

Deverão ser aplicados métodos de avaliação de resultados e de processo, sempre que possível subsidiados pelas informações obtidas nos procedimentos de monitoramento, e também nas mudanças sociais que o município possa apresentar durante o período de execução do plano.

Os procedimentos servirão para que os resultados e os impactos ilustrem o êxito ou não das ações, como também para que estas sejam revisadas assegurando que todos tenham direito à alimentação como preconiza a legislação.

4.1 Cronograma

Quadro 30. Cronograma de monitoramento e avaliação

Ação	2022	2023	2024	2025
Implementação do Plano	X			
Acompanhamento das ações	X	X	X	X
Monitoramento e avaliação	X	X	X	X
Avaliação final				X
Elaboração do III PLAMsan				X

5. FONTE DE PESQUISA

Informações municipais para planejamento institucional. Versão 2.13 setembro/2017. <http://www2mppw.mp.br/cid/>. acesso em 28 de nov. 2021

Caderno Ipardes _

<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?municipio=87820&btO=okm>
acesso: em 18 de outubro de 2025

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA – orientações para Elaboração dos Planos de Segurança Alimentar e Nutricional nos Estados e Municípios/2014

Ministério da Cidadania

<http://www.aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio.php>, acesso em 28 de out. de 2021

Plano Decenal Municipal de Educação de Cidade Gaúcha – 2015/2024.

Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional/PLANSAN 2018/2021

Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional/PLANSAM 2018/2021

Plano Diretor Municipal – Prefeitura Municipal de Cidade Gaúcha – Analise Temática Integrada – 2021.

Plano Municipal de Saúde – 2022/2025

Plano Municipal de Assistência Social – 2022/2025